ELO

ORGÃO DE INFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

ADFA

ANO LI - NOVEMBRO
2026 / N. º 588

MUDAR, SIM, MAS PARA MELHOR



ÚLTIMA HORA

O Governo garante *"mais atenção aos antigos combatentes e aos deficientes das Forças Armadas"*. Na audiência com o secretário de Estado adjunto e da Defesa Nacional e na Audição parlamentar do ministro da Defesa Nacional na Assembleia da República, a ADFA recebeu novidades.

O ministro Nuno Melo anunciou que, a partir de Janeiro de 2027, será alterado o sistema de atribuição de próteses e outros produtos de apoio, passando os pagamentos a ser feitos directamente pelo HFAR e não pelo IASFA, como acontece actualmente.



Audiências com Entidades
PÁGS. 11, 14 E 15



Audição do MDN no Parlamento
PÁG. 15

Comissão de Defesa e Grupos Parlamentares
ADFA E OE2027
PÁG. 14

Fusão do CRPG com o CEFPI
PÁGS. 16 E 17



Dias da Memória
PÁGS. 12 E 13

Legado associativo
Presidente da República atribui Alto Patrocínio
PÁG. 18

52.º Aniversário do ELO
PÁG. 24

OBITUÁRIO

Por José Diniz

Associados Falecidos

Apela-se aos associados e familiares que, quando ocorra o falecimento de um associado, ao participá-lo à Delegação, devem informar sobre as exéquias fúnebres, com referência ao local e à hora, e se pretendem prestação de honras militares, para que a ADFA possa estar representada, prestando-lhe a devida homenagem.



Artur Teixeira Vidal, associado 16963, natural da freguesia de Miragaia do concelho do Porto, residente na freguesia de Mafamude e Vilar do Paraiso do concelho de Vila Nova de Gaia. Serviu em Angola onde contraiu doença em campanha (stress de guerra). Faleceu a 18 de Março de 2025 com 85 anos.



Orlando dos Santos Antunes, associado 9298, natural da freguesia de Mazouco do concelho de Freixo de Espada à Cinta, residente na freguesia de Ermesinde do concelho de Valongo. Serviu na 2.ª Companhia do BCaç 19 em Moçambique, onde sofreu acidente em campanha. Faleceu a 08 de Julho de 2025 com 87 anos.



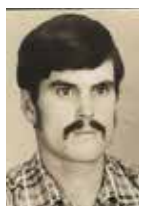
Abdulai Seidi, associado 8820, natural de Mansabá, Guiné-Bissau, residente na freguesia de Damaia do concelho de Amadora. Serviu na CCaç 19, na Guiné, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 27 de Julho de 2025 com 75 anos.



José de Frias e Sousa, associado 15002, natural da freguesia de Malpartida do concelho de Almeida, residente na freguesia de Ramada do concelho de Odivelas. Serviu na Guiné onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 15 de Agosto de 2026 com 84 anos.



Amadeu Artur Felgueiras, associado 16771, natural da freguesia de Fornos do concelho de Freixo de Espada à Cinta, residente na freguesia de Paranhos do concelho do Porto. Serviu no BCaç 2855, em Angola, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 30 de Agosto de 2026 com 80 anos. (Ver nota abaixo).



José Silvério Pita Figueira, associado 9617, natural da freguesia de Estreito da Câmara de Lobos do concelho de Câmara de Lobos, residente na freguesia de Jardim da Serra do mesmo concelho. Serviu no BCaç 4910, em Angola, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 13 de Setembro de 2026 com 73 anos.



Manuel Vieira Andrez, associado 17563, natural da freguesia de S. Bartolomeu de Messines do concelho de Silves, residente na freguesia de Amora do concelho do Seixal. Serviu na CCaç 1460 do BCaç 1866, em Angola, onde contraiu doença em campanha (stress de guerra). Faleceu a 19 de Setembro de 2026 com 82 anos.



Armando Monteiro e Sousa, associado 5467, natural e residente na freguesia de Vila Marim do concelho de Vila Real. Serviu na CCaç 1547 na Guiné, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 20 de Setembro de 2026 com 82 anos.



João Domingos Ferreira, associado 12108, natural da freguesia de S. Vicente da Beira do concelho de Castelo Branco, residente na freguesia de Casquilhos do concelho do Barreiro. Serviu na Companhia de Fuzileiros 5, na Guiné, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 11 de Outubro de 2026 com 76 anos.

SOLIDARIEDADE

EVOCAÇÃO JUSTA

O associado Amadeu Felgueiras foi um entusiasta da primeira hora que deu grande contributo para a implantação e consolidação da ADFA.

Com um grupo de associados do Norte fundou a Delegação do Porto, em Dezembro de 1974, cujos Órgãos Sociais integrou durante vários mandatos. Ponderado e discreto, era respeitado pelos seus pares, que levavam sempre em boa conta as suas ideias e propostas.

Na Luta da ADFA, em Setembro de 1975, era o Felgueiras que fazia a ligação da sua Delegação com a Comissão de Luta que, em Lisboa, combatia em várias frentes pela dignificação dos deficientes militares. A ele se deve, em boa parte, a implantação da Oficina de Próteses na Delegação do Porto. Reunindo várias sinergias e boas vontades conseguiu, em tempo recorde, pôr a funcionar essa estrutura produtiva que, mais tarde, veio dar um contributo decisivo para a criação do CRPG. É ele próprio a dar testemunho disso, num extenso artigo publicado na edição do *ELO* de Fevereiro de 1977: "*Contactámos o Quartel Mestre General que nos prometeu um subsídio de 600.000$00 aproximadamente. — Contactámos a Delegação do Serviço de Fortificações e Obras Militares que se responsabilizou pela fiscalização da construção da oficina. — Contactámos um técnico protésico experiente e também Deficiente das F. A.* [o Quelhas] *que se comprometeu, logo de início, a vir trabalhar para a ADFA, abandonando o seu emprego. — Contratámos outro técnico, regressado de Angola, que, simpatizante da nossa obra, rejeitou outras possibilidades de emprego. — Contactámos a GULBENKIAN que se comprometeu a abonar as viagens ao Brasil de um Trabalhador da ADFA a fim de frequentar um curso de próteses. — Contactámos o Hospital Militar Regional do Porto, concretamente o seu Director e Chefe do Serviço de Ortopedia, que nos prometeram todo o apoio e aceitação das nossas propostas nos concursos de próteses.*"

Já nos anos 90, o Felgueiras e outros associados da Delegação do Porto desligaram-se da ADFA, desgostosos e discordando do rumo que aquela estrutura associativa estava a seguir. Passados anos, voltou ao convívio associativo. Daí a razão de o seu número de associado ser tão elevado (16.771).

Mesmo enquanto esteve no activo, a prestar serviço no Regimento de Infantaria do Porto e no Quartel-General, foi um porto seguro para muitos deficientes na resolução dos seus processos de qualificação.

Aos familiares do Amadeu Felgueiras, bem como dos outros associados de cujo falecimento damos notícia nesta página, o *ELO* manifesta a sua solidariedade e apresenta sentidas condolências.

Nota da Redacção: Agradecemos ao associado José Teixeira, companheiro de luta do Felgueiras, os apontamentos sobre a sua vida e carácter, elementos que foram indispensáveis para a elaboração desta pequena memória.

A ASSOCIAÇÃO CRESCE

Novos Associados

Relação dos candidatos a associados efetivos para publicação no Jornal ELO, conforme estipulado no nº 4, do artigo 8º, dos Estatutos

JOSÉ RICARDO BRANCO GOMES SILVA | ADRIANA MARQUES GALRITO | UMARO BALDÉ

EDITORIAL

Pela Direcção Nacional

Mudar, sim, mas para melhor

"*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*", cantava José Mário Branco, nos versos de Camões, nos anos 70 do século XX. O Poeta já tinha razão há cinco séculos e a Revolução de Abril veio abrir as portas a esse tempo tão ansiado e "*composto de mudança*".

Celebramos a Liberdade e a Cidadania também através do nosso jornal *ELO*, e comemoramos 52 anos de edição ininterrupta com uma mudança gráfica, que esperamos que contribua ainda mais para a participação associativa, através do nosso órgão de comunicação social, o nosso "*elo de ligação*".

A informação que levamos a todos os leitores, dentro e fora da ADFA, em Portugal e no estrangeiro, é marcada por momentos que fazem com que nos orgulhemos deste mais de meio século de existência.

É através do *ELO* que transmitimos as nossas preocupações aos governantes, a todos os Órgãos de Soberania e à Instituição Militar, informando acerca do trabalho intenso que os Órgãos Sociais Nacionais e das Delegações desenvolvem.

Nesta missão, por vezes, o *ELO* é o mensageiro de notícias que não queríamos que acontecessem. Nesta edição abre-se um paradoxo. Nas páginas centrais, notícias sobre os *Dias da Memória*, iniciativa do PADM, sob coordenação técnica dos profissionais do CRPG e colaboração de investigadores da *Nova FCSH*. Nas páginas 16 e 17, a infeliz notícia da decisão governamental que extingue o CRPG, numa fusão, por incorporação, com outro organismo.

Se, por um lado, o ELO traz uma notícia de uma iniciativa que movimentou e tornou felizes muitos associados, por outro, traz informações sobre a Portaria que determina o fim de um Centro que também faz parte do legado da ADFA, o CRPG, que teve origem no Centro Oficinal de Meios Ortoprotésicos instalado, em 1976, na Delegação do Porto, e que assumiu proporção e relevância nacional e europeia, como referência na área da reabilitação.

Com estupefacção e estranheza, a ADFA já manifestou a sua discordância em relação a semelhante decisão, tendo solicitado audiências, com carácter de urgência, aos secretários de Estado adjuntos da Defesa e do Trabalho.

O momento feliz do aniversário do ELO, da nossa caminhada no processo de revisão estatutária e da aproximação da quadra natalícia e dos convícios associativos já anunciados pelas Delegações contrasta com a realidade de um desaparecimento do CRPG que não desejamos.

A ADFA está também centrada na discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2027, tendo solicitado audiências a todos os partidos com assento parlamentar e à Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República. A saúde dos deficientes militares e a garantida dos seus direitos e dignidade é outra das nossas maiores preocupações, em cada reunião de trabalho ou audiência.

A ADFA saúda o ministro da Defesa Nacional que, em Audição parlamentar, anunciou que o sistema de fornecimento de próteses e outros produtos de apoio aos deficientes militares será alterado, em Janeiro de 2027, passando os pagamentos a ser feitos pelo HFAR e não pelo IASFA, como agora acontece.

Para a ADFA, para além da mudança do tempo e das vontades, há que mudar as mentalidades, sem perder a memória, num tempo que se escoa rapidamente e numa altura em que queremos ver definitivamente encerrado o dossiê da Guerra Colonial, obtendo respostas, por meio do reconhecimento e da reparação moral e material, para o sacrifício de tantos deficientes militares.

EPISÓDIOS

Aniversário em grande estilo

Por Rafael Vicente



Idealizar um jornal não deve ter sido, no princípio, nada fácil. O associado Luís Baltazar baptizou o órgão de informação da ADFA, sublimando o "*elo de ligação*" entre os associados. Foi certeiro e o *ELO* nunca mais deixou de ser o nosso ponto de encontro, todos os meses, desde 1974. Para os primeiros associados e dirigentes a dedicarem-se à informação na ADFA, um abraço especial, lembrando tempos aguerridos.

Tantas perguntas e preocupações surgiram nas mentes dos que, poucos meses depois da criação da ADFA, fizeram com que o *ELO* tivesse a sua edição "*zero*", aquando da ocupação do Palácio da Independência, naquela que ficou para a história como a primeira manifestação pública dos deficientes militares em Portugal. O *ELO* tem contado com o trabalho dedicado de diversas equipas redactoriais, de muitos colaboradores e de vários directores, ao longo das suas fases de crescimento. Seria muito difícil nomear todos os que têm garantido, artigo a artigo, página a página, que o *ELO* continue a ser uma referência editorial, publicado numa dinâmica associativa, e cumprindo, em todos os aspectos, a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Imprensa, o Estatuto do Jornalista, e as demais normas e regulamentos que fazem da Comunicação Social um ponto de apoio para os cidadãos que pretendam ser bem informados. Estão todos de parabéns.

Também na Gráfica *FIG* esta equipa se prolonga, com o trabalho de excelência de muitos profissionais, que preparam, imprimem, ensacam e expedem nos correios cada nova edição do *ELO*. Para a equipa da FIG vai também um forte abraço de parabéns. A cada fase do crescimento da ADFA, o ELO transformou-se, adaptou-se e tornou-se mais próximo dos seus leitores. O estilo gráfico e a disposição das secções foram acompanhando as diversas formas de "*levar a carta a Garcia*".

A tecnologia modernizou-se e desmaterializou-se. As equipas da redacção profissionalizaram-se e o *ELO* ganhou maturidade informativa. Da composição a chumbo, na Tipografia Escola da ADFA, passando por várias etapas, com o "*off set*", com a paginação cada vez mais livre do erro, ganhando vida na película dos fotolitos, na chapa e no papel de jornal. Depois, com a vertiginosa evolução informática, o *ELO* acelera, em formato PDF, directamente do equipamento de paginação para a Gráfica, a muitos quilómetros de distância. Ainda recordamos os tempos em que o *ELO* era dobrado em quatro e era cintado, com uma etiqueta. Na fotografia que, colhida para as edições do *ELO*, garantiu o actual acervo do Arquivo Fotográfico do *ELO* e da ADFA, também vivemos uma evolução entre o analógico e o digital, com considerável ganho na velocidade do nosso trabalho, mas sempre mantendo as raízes de uma aprendizagem que fizemos com os mestres, a quem enviamos um abraço. Ao celebrar o 52.º ano de vida, o *ELO* entrega aos seus leitores o início de uma outra fase, em que um novo estilo gráfico anima o trabalho de uma (cada vez mais) pequena Redacção. O novo esquema gráfico e de secções do *ELO* que apresentamos nesta edição, celebra mais um ano de edições e uma comunicação associativa que nunca cessa, na intensidade dos assuntos que nos preocupam e que são dedicados a todos os associados, aos deficientes militares e aos nossos leitores em geral.

O dia em que o *ELO* será o centro das atenções é o do seu aniversário, 23 de Novembro, data na qual será inaugurada uma Exposição do Arquivo da Defesa Nacional, dedicada ao "*25 de Novembro*", será apresentada a renovação do estilo gráfico e será lançado um novo livro, da autoria de um antigo director do *ELO* e presidente da ADFA, Patuleia Mendes, sem nunca esquecer de cantar os parabéns e cortar o bolo de aniversário, no almoço na Sede Nacional. Com tantas alegrias na memória, fundadas na partilha de informação, não podemos esquecer aqueles a quem dedicamos estas mais de cinco décadas: os nossos leitores. Estão todos de parabéns, por manterem o seu "*elo de ligação*" e continuarem a fazer da ADFA o seu porto de abrigo.

PORTO

Não é aceitável

Opinião: Abel Fortuna, presidente da Direcção da Delegação do Porto



A nossa Associação tem sido, e é, o ancoradouro não só de conquistas e sucessos mas também de algumas frustrações, sendo a ADFA um projecto de camaradagem, solidariedade e participação. É com este espírito associativo que a Delegação do Porto apela aos associados para que participem na vida associativa, designadamente nas reuniões mensais e descentralizadas que vão realizar-se nos meses de Novembro e Dezembro, nas quais se dará conhecimento e debaterá sobre o estado em que se encontram as nossas reivindicações.
Os deficientes em Serviço e as Pensionistas de Sobrevivência continuam com as suas pensões muito degradadas, cujos valores não chegam aos 180,00 euros mensais.
Não é aceitável que estes deficientes militares e estas viúvas tenham que suportar o custo mensal do Cartão IASFA/ADM com tão poucos recursos financeiros, com a justificação de que para estes casos é da competência da legislação regulamentar.
Também não é aceitável que os Deficientes das Forças Armadas tenham de esperar meses e anos pelo fornecimento de próteses, ortóteses, aparelhos auditivos, cadeiras de rodas, óculos e muitos outros produtos de apoio e ajudas técnicas, essenciais para o seu dia-dia e bem-estar.
A Delegação do Porto tem vindo a chamar a atenção para esta situação desde 2024, face ao agravamento de saúde de muitos desses militares que, ao Serviço de Portugal, sofreram as consequências da sua participação numa guerra injusta e sem sentido.

PORTO

Convívios

No mês de Dezembro estão agendados os seguintes convívios:
- **Dia 1 de Dezembro:** Almoço-convívio dos associados de Arouca, Vale de Cambra e Sever de Vouga, às 12h30, em local a designar;

- **Dia 7 de Dezembro:** 52.º Aniversário da Delegação do Porto. Almoço de Aniversário, nas instalações da Delegação, com início às 12h30, com programa a anunciar;
- **Dia 13 de Dezembro:** Almoço-convívio dos associados de Ponte Lima, com o seguinte programa: 11h30 – Missa na Igreja Matriz; 12h45 – Almoço no salão da antiga Escola Primária da Seara. As inscrições devem ser feitas até 4 de Dezembro para: Orlando Amorim (936 608 879), Manuel Caseiro (962 971 113) ou ADFA-Porto (228 347 200) Já estão a ser organizados outros convívios, de que será dada notícia futuramente.

PORTO

Cartão de Antigo Combatente

Muitos associados têm vindo a reclamar do não recebimento do Cartão do Antigo Combatente e de Viúva de Antigo Combatente, apesar das reclamações pelos Serviços da Delegação.
Este é um assunto do interesse dos associados e por isso, sugere-se que reclamem junto dos Serviços da Delegação do Porto.

PORTO

Quotas

A regularização das quotas é fundamental para a sustentabilidade financeira da Delegação. Por isso, os associados devem regularizá-las no mais breve prazo possível, evitando atrasos desnecessários.
Os associados com dificuldades económicas poderão solicitar a isenção de todo ou parte das quotas à Direcção de Delegação, por escrito, por telefone ou pessoalmente, no Serviço de Apoio Social.

Informações úteis

Serviços associativos:
Os Serviços Associativos funcionam no Centro Associativo e Social – Edifício do "Palacete--Cor-de-Rosa", com entrada pela Rua Pedro Hispano.

Serviço de Apoio ao Associado:
Nos dias úteis, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00.Contactos: 228 347 201/912 567 812/ atendimento.porto@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Jurídico:
Nos dias úteis, das 15h00 às 17h00, mediante agendamento telefónico prévio.Contactos: 228 347 201/912 567 812/gabjuri.porto@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Social:
Segundas, Quartas e Sextas-feiras, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00. Contactos: 228 347 207/servas.porto@adfa.org.pt

Restaurante Social:
Serviço de refeições económicas, todos os dias úteis, das 12h00 às 14h00. Contacto: 228 347 206
Cafetaria-Bar: Dias úteis e Sábados, das 14h00 às 17h00. Contacto: 228 347 205

Departamento de Apoio Integrado - Secretariado:
Contactos: 228 347 202/912 567 546/secretariado.dai@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Médico, Psicológico e Social
Consultas de Medicina Geral e Familiar, Psiquiatria, Psicologia Clínica e Nutrição.

Centro de Actividades e Capacitação para a Inclusão
Funciona no âmbito de um Protocolo com o Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, I.P., com as seguintes actividades: Hidroginástica/Hidroterapia; Expressão e Dimensão Plástica; Movimento e Funcionalidade; Educação para a Saúde e Cidadania; Capacitação Digital; Expressão Psicomotora; Ritmos e Sons; e Dinâmicas de Grupo.

LISBOA

Reunião de associados

No dia 20 de Outubro último, no Auditório *Jorge Maurício*, na Sede Nacional, com a presença de seis dezenas de participantes, realizou-se uma reunião especial com os associados da Delegação de Lisboa, dedicada exclusivamente ao debate da proposta de revisão dos Estatutos da ADFA, com recolha de contributos para o efeito.

Muitos associados participaram, com as suas intervenções, propondo alterações e buscando o melhor esclarecimento sobre os futuros Estatutos.

Foi constituída uma comissão, que ficou incumbida de compilar as propostas apresentadas e posteriormente enviá-las ao Grupo de Trabalho para a Revisão dos Estatutos.

Foi também sugerida a importância da possibilidade de realização de uma nova reunião, ainda em Outubro, para análise da situação reivindicativa, no entanto, a próxima reunião dos Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa com os associados ficou marcada para dia 19 de Novembro, com início previsto para as 14h00, no Auditório *Jorge Maurício*, na Sede Nacional. Da ordem dos trabalhos constam informações sobre o Caderno Reivindicativo e a Petição.

Com Henrique Mendonça, presidente da MAGD Lisboa



LISBOA

Actividades no Núcleo de Sintra

O Núcleo de Sintra está aberto aos associados, todos os dias, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

O responsável pelo Núcleo de Sintra, Anselmo Garvoa, informa sobre as actividades em curso: Pintura - Segundas e Sextas-feiras, das 14h00 às 17h00. Informática - Terças-feiras, das 15h00 às 17h00. Rendas e bordados tapetes de arraiolos - Quartas-feiras, das 10h00 às 13h00. Jogos de cartas e de tabuleiro - Quartas-feiras, das 14h00 às 17h00. Yoga do Riso - Quintas-feiras, das 15h00 às 16h00. Clube de Poesia - Quintas-feiras, das 16h00 às 18h00.

A Direcção da Delegação

LISBOA

Natal na Delegação

Almoço-convívio

No próximo dia 12 de Dezembro, Sábado, pelas 13h00, no restaurante *Pastelaria Rainha Santa*, na Sede Nacional da ADFA, vai ter lugar o tradicional almoço-convívio de Natal organizado perla Delegação de Lisboa.

Os associados, familiares e amigos interessados em participar devem inscrever-se junto do Secretariado da Direcção da Delegação, com Isabel Franco, presencialmente ou pelos números 217 512 615 ou 932 323 012.

O presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, apela à participação, pois a quadra natalícia é um momento de encontro a que os associados já estão muito habituados.

Mensagem natalícia e de Ano Novo

Os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa desejam, a todos os associados, famílias e trabalhadores, um Santo Natal e um próspero ano de 2027.

Contactos

Serviço de Apoio ao Associado

- **Pedro Rodrigues**
  secretaria.lisboa@adfa-portugal.com - 217 512 625/937 534 192
- **Sandra Ribeiro**
  sandra.ribeiro@adfa-portugal.com - 217 512 630/934 004 725

Serviço de Acção Social/PADM

- **Ana Machado, assistente social**
  serviço.social@adfa-portugal.com ou ana.machado@padm.crpg.pt - 217 512 622/917 365 357 - Serviço de Acção Social da Delegação de Lisboa e Plano de Acção para Apoio aos Deficientes Militares (PADM) - Pólo Lisboa - Todos os concelhos do distrito de Lisboa, países africanos de língua oficial portuguesa e outros países.

Direcção da Delegação

- **Francisco Janeiro, presidente da Direcção da Delegação** -919 413 356
- **Isabel Franco** - direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com
  217 512 615/932 323 012

Secretaria da Delegação

A Secretaria da Direcção Delegação de Lisboa está equipada com um sistema eléctrico para enchimento dos pneus das cadeiras de rodas, bastando solicita-lo aos funcionários.

Produtos de apoio

Os associados que estão a aguardar que lhes sejam entregues produtos de apoio, próteses e outros devem contactar a Direcção da Delegação, actualizando a sua situação, através do telemóvel 919 413 356 (Francisco Janeiro).

Actualização de dados

Contacte a Secretaria da Delegação de Lisboa para actualizar os dados do seu processo e ficha de associado, pelo número 217512630 (Sandra Ribeiro).

CASTELO BRANCO E SETÚBAL

Atendimento aos associados

Em pleno processo associativo da Revisão Estatutária, os associados das Delegações de Castelo Branco e Setúbal, continuam a contar com um atendimento assegurado nas respectivas Sedes, durante os meses de Novembro e Dezembro.
Nas quatro reuniões que contaram com a participação das Direcções das Delegações da ADFA, foram acolhidas as correspondentes participações descentralizadas e por videoconferência, em busca da sensibilização e informação sobre o processo de Revisão Estatutária, que se pretende estender ao todo associativo.

Castelo Branco
Em Novembro, a Delegação abrirá nas Segundas-feiras, dias 2 e 16.
No mês de Dezembro, os associados serão atendidos nos dias 14 e 28.

Setúbal
Os associados da região sadina continuam a contar, às Quartas-feiras, a partir das 9h15 até às 12h30, com a presença do colaborador António Cardoso, com o habitual apoio e disponibilidade.
A Delegação abrirá, em Novembro, nos dias 4, 11, 18 e 25. Em Dezembro, esse atendimento terá lugar somente nos dias 2, 16 e 23, devido a gozo de férias do funcionário.
É muito importante a participação no momento associativo que a Associação vive actualmente, numa "*oportunidade decisiva e imprescindível*" para a apreciação e discussão local e regional do processo de Revisão Estatutária.

A Direcção Nacional

COIMBRA

Almoço de Natal

No próximo dia 1 de Dezembro, Terça-feira, dia feriado nacional, a Delegação de Coimbra vai realizar o seu tradicional Almoço de Natal, no Restaurante *Os Patinhos*, em Ladeira dos Caiados, Carapinheira. Coordenadas GPS: 40°11'37.6"N 8°39'30.7"W. A Direcção da Delegação de Coimbra convida todos os associados, familiares e amigos a estarem presentes neste convívio associativo de unidade e coesão, "*demonstrando, mais uma vez, o espírito participativo e solidário para com a Delegação*", nesta época natalícia, "*para que possamos todos, em convívio, passar um dia muito feliz*".
O programa prevê, pelas 12h00, a recepção aos associados, familiares e amigos, seguindo-se o almoço, pelas 12h30. A Delegação informa que o valor, para adultos, é de 30,00 euros, e, para crianças dos cinco aos dez anos, de 15,00 euros. Para crianças até aos quatro anos é gratuito. A data limite de inscrições é o próximo dia 23 de Novembro, Segunda-feira.

A Direcção da Delegação

FAMALICÃO

Informações

A Direcção da Delegação de Famalicão informa os associados de que a Delegação funciona de Segunda a Sexta-feira, das 9h30 às 12h00.
A Direcção da Delegação alerta os associados que as informações sobre quaisquer actividades da Delegação serão publicadas unicamente no ELO e no *Facebook*, tais como as Convocatórias para as Assembleias-Gerais ou outras.
A Delegação apela à regularização do pagamento das quotas de 2026, no valor anual de 84,00 euros, que poderá ser feita presencialmente, na Sede da Delegação, ou através de cheque, vale postal ou por transferência bancária, para o IBAN PT50 0010 0000 3956 2500 0018 1 (BPI). Em caso de transferência bancária, deve identificar-se o número de associado e entregar o comprovativo, para emissão e envio do respectivo recibo.
Os números telefónicos de contacto da Delegação são: 252 322 848 e 252 376 323. Os interessados também podem contactar os serviços pelo número 919 594 527 ou pelo endereço electrónico secretaria.famalicao@adfa.org.pt.

FAMALICÃO

Estacionamento reservado

A Delegação informa os associados que a ADFA dispõe de três lugares de estacionamento reservados (no mesmo lugar onde sempre estiveram), identificados com uma placa de sinalização, sendo obrigatória a exibição de cartão válido, em local visível no veículo.
Os interessados devem dirigir-se à Delegação e solicitar à funcionária o empréstimo de um cartão estacionamento, entregando um documento de identificação, que será devolvido no retorno do cartão estacionamento (o Cartão de Lista ou o Cartão do IMTT não servem para identificar a viatura).
O estacionamento de viaturas não autorizadas nestes espaços constitui uma infracção, podendo dar lugar às medidas legalmente previstas.

FAMALICÃO

Núcleo de Guimarães

O Núcleo da ADFA em Guimarães está aberto no primeiro e no terceiro Sábados de cada mês, durante o período da manhã.

FAMALICÃO

Serviço Clínico

Na Delegação existe o Serviço Clínico, todas as Sextas-feiras à tarde, com início às 14h00. As marcações das consultas podem ser feitas para o endereço electrónico ou telefone da Delegação. As consultas são de Medicina Geral e Familiar, com o médico Ricardo Lemos. A Direcção apela aos associados e seus familiares, para que usufruam deste Serviço sempre que necessitem, valorizando a sua importância e contribuindo para a continuidade da prestação de cuidados de saúde na Delegação.

FAMALICÃO

Utilização dos Serviços de Saúde

Sobre os cuidados a ter na utilização dos Serviços de Saúde, a Direcção da Delegação alerta os associados para que, sempre que se dirijam a um Hospital ou outra entidade com acordo com a ADM, solicitem previamente um orçamento ou informação sobre os custos de cada acto médico. Esta medida permite conhecer antecipadamente os encargos associados aos cuidados de saúde, evitando eventuais surpresas e facilitando uma melhor gestão das despesas. A informação prévia é fundamental para uma utilização mais consciente e esclarecida dos serviços de saúde.

FAMALICÃO

Renovação de Cartões ADM, DFA, PPI, GDSEN e GDFA

A Direcção da Delegação alerta todos os associados para a importância de verificarem atempadamente a validade dos cartões de ADM dos elementos do seu agregado familiar, de forma a evitar constrangimentos decorrentes da sua caducidade. Alerta ainda para a verificação da caducidade dos cartões DFA, PPI, GDSEN e GDFA, para o mesmo efeito.
Recomenda-se que os pedidos de renovação sejam efetuados com, pelo menos, três meses de antecedência em relação à data de validade do Cartão.
Antes de se deslocarem à Delegação, os associados devem contactar os Serviços, a fim de obterem informações sobre a documentação necessária para a renovação. No caso de receberem alguma comunicação escrita do IASFA a solicitar o envio de documentos, devem contactar a Delegação com a maior brevidade possível, uma vez que o prazo habitual para resposta é de 30 dias.
A Direcção apela à atenção e colaboração de todos os associados, reforçando a importância de cumprir os prazos estabelecidos e de procurar atempadamente o apoio dos serviços da Delegação, sempre que necessário.

FAMALICÃO

Protocolo

No âmbito do Protocolo com a *Central Ópticas*, a Delegação apresenta vantagens exclusivas para os associados e seus familiares directos:
• 30% de desconto em todos os produtos (armações, óculos de sol, lentes oftálmicas, lentes de contacto, líquidos e restante material óptico). Descontos válidos durante todo o ano, para utilizar sempre que precisar.
• Cheque Desconto no valor de 50,00€, válido na compra de armação mais lentes graduadas, acumulável com os 30% do Protocolo.
• Consulta de Visão gratuita.
Serviços disponíveis: Consulta de Optometria/ Contactologia; Declaração para Carta de Condução; Tonometria; Biometria; Retinografia; Terapia Visual; Controlo da Miopia.
Acordos directos em vigor: *AdvanceCare*; *Allianz*; *Future Healthcare*; *Médis*; *Multicare*.
Marcação de consultas de visão em *www.centralopticas.pt* – pode escolher entre as lojas em: Braga, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Barcelos, Viana do Castelo e Vieira do Minho.
Os descontos do Protocolo não acumulam com outras campanhas ou descontos. Deve referir-se o Protocolo no momento da compra e antes da emissão de qualquer factura.
A Delegação disponibiliza aos associados a informação escrita sobre os descontos disponíveis e um cheque desconto no valor de 50,00€, válido até 31 de Dezembro de 2026. Os interessados podem dirigir-se à Sede da Delegação para receber esses documentos.

FAMALICÃO

Convívio do Dia de Reis

A Direcção do Núcleo de Guimarães convida todos os associados e seus familiares a participarem no tradicional convívio alusivo ao Dia de Reis, que terá lugar no próximo dia 9 de Janeiro, pelas 13h00, no Restaurante Costa Verde, situado na Rua Padre João Pimenta, n.º 109, em Aldão, Guimarães.
Esta iniciativa pretende proporcionar um momento de confraternização e convívio entre associados e familiares, assinalando a tradição do Dia de Reis num ambiente de amizade e partilha.
O preço por pessoa é de 35,00 euros e as inscrições e respectivo pagamento poderão ser efectuados no Núcleo de Guimarães ou na Sede da Delegação.
A Direcção apela à participação de todos, desejando que este encontro seja mais uma oportunidade para fortalecer os laços de amizade e união entre os associados e as suas famílias.

A Direcção da Delegação

MADEIRA

Almoço natalício

A Delegação da Madeira vai organizar o tradicional almoço de Natal, no Restaurante do *Valley View Hotel Encumeada*, no próximo dia 6 de Dezembro, pelas 12h30.
Para mais informações e respectivas inscrições, os interessados devem contactar a Delegação, pessoalmente ou através dos números 291 765171 ou 961 798 731 ou do endereço electrónico secretaria.madeira@adfa.org.pt. As inscrições decorrem até o dia 2 de Dezembro.

A Direcção da Delegação

VISEU

Mundo

Opinião: João Gonçalves,
presidente da Direcção da Delegação de Viseu

Hoje vivemos momentos conturbados, praticamente em todo o Mundo, com guerras atrás de guerras, que provocam milhões de mortos, entre os combatentes e as populações indefesas, que não têm tempo de abrigar-se ou de fugir para outros locais, outros países, outros continentes, onde, por enquanto, não haja guerra.
Ninguém, como nós, sabe o que é a guerra, os horrores que ela provoca, a sofrer desde a nossa juventude, a carregar o peso da deficiência, a sobreviver, dia a dia, ano a ano, dando tudo de nós, para nós e para os outros que precisam de nós, para apoiá-los, para ajudá-los a resolver os problemas que os afectam, para garantir e melhorar os seus direitos.
Isto, só visto, a forma como hoje se está e vive em sociedade, se está e vê a forma como está e vive quem nos governa já há mais de meio século, desde o célebre 25 de Abril de 1974, já lá vão 52 anos, e os políticos sem encontrar solução para que todos os portugueses possam viver do seu trabalho e ter direito a uma vida digna! Como é possível deixar chegar o País a uma situação em que se trabalha, se recebe o Salário Mínimo Nacional e este não dá sequer para pagar a renda de casa?! Esta situação está a ser vivida por alguns dos nossos associados, que vivem nos grandes e pequenos centros e a sua casa é na rua, por não terem para onde ir! Como é possível o combatente, deficiente das Forças Armadas que, apesar de ser ferido na Guerra Colonial, fruto do combate, estar o seu acidente considerado em serviço e por isso recebe uma pensão de duzentos ou trezentos e poucos euros, fruto do seu trabalho recebe de reforma na casa dos quinhentos e poucos euros, o que ronda o valor, da pensão e da reforma, em cerca de oitocentos e cinquenta euros, abaixo do Salário Mínimo Nacional. Temos todos de entender que isto não se faz a quem combateu e deu a vida pela Pátria e que, apesar de ficar com as mazelas da Guerra Colonial, ainda conseguiu, fruto do seu esforço, trabalhar, ter direito à sua reforma, mas que, juntando a pensão e a reforma, estas não chegam ao Salário Mínimo Nacional!
A ADFA tem um Grupo de Trabalho sobre "*O Legado da ADFA*", embora não sendo a sua missão, deve o Grupo de Trabalho fazer menção e alertar também a Direcção Nacional e esta o Governo sobre esta e outras situações, a tempo de ver se, por ventura, se encontram meios para uma resolução justa, de forma a que estes combatentes, deficientes militares das Forças Armadas tenham direito a viver o resto de uma vida digna.
Por Portugal!

VISEU

Liga dos Combatentes em Viseu

O Núcleo de Viseu da Liga dos Combatentes celebrou, a 18 de Outubro, o seu 103.º Aniversário, para o qual convidou o presidente da Direcção da Delegação de Viseu, que participou, acompanhado pelo Estandarte da ADFA, transportado pelo associado Manuel Barreiros.
As comemorações decorreram dentro da normalidade, mas também com a já sentida dificuldade de granjear novos dirigentes para os Órgãos Sociais, pois não é fácil encontrar combatentes com disponibilidade para ocupar aqueles lugares directivos.
A Delegação da ADFA em Viseu saúda o 103.º Aniversário do Núcleo de Viseu da Liga dos Combatentes.

FARO

Almoço de Natal

A Direcção da Delegação de Faro tem a honra de anunciar que vai realizar o seu tradicional almoço-convívio de Natal, no próximo dia 5 de Dezembro, Sábado, pelas 12h30, no Restaurante *Austrália*, em Vale da Venda, Faro.
"Contamos com a presença dos nossos associados e familiares neste evento e pedimos que façam a inscrição, com máxima antecedência, para o número de telefone 289 828 515", destaca a Delegação.

A Direcção da Delegação

VISEU

Revisão Estatutária

Durante o processo de análise da Proposta de Revisão dos Estatutos, nada chegou à Delegação sobre a atenção de qualquer item, sinal de que aquele documento está devidamente adaptado à realidade em que vivemos e ao futuro que ambicionamos.
A Delegação de Viseu sempre se manteve atenta e preocupada em conseguir sempre o melhor para a ADFA e para a família deficiente militar, o que também, e principalmente, passa pela revisão dos Estatutos, com igualdade para todos, como também o refere a Constituição da República Portuguesa.
Hoje, neste momento mais grave ainda, motivado pelo avançar da idade, é quando mais precisamos de estar unidos à nossa ADFA, para mais apoio uns aos outros, na defesa e garante dos direitos de todos. Daí dizer a todos os deficientes militares das Forças Armadas para estarem e participarem na sua Associação, em Assembleia-Geral a realizar para a revisão dos Estatutos, a ser publicada no *ELO*.
Com e pela revisão dos Estatutos, apelamos a todos que possam participar na Assembleia-Geral que em breve será agendada. Depois de ser definida essa data, os interessados podem inscrever-se nos serviços da Delegação, que assegura o transporte para esse grande dia de trabalho associativo.

Contactos das Delegações

Açores
Rua Ernesto do Canto, N.º 20
Apartado 309 - São Miguel
- 9500 Ponta Delgada
secretaria.acores@adfa.org.pt
296 282 221

Bragança
B.F.F. Habitação, Bloco H, N.º 20, R/C Dto.
Mãe d'Água 5300-163 Bragança
secretaria.braganca@adfa.org.pt
273 322 412

Castelo Branco
Quintal de S. Marcos, N.º 19, R/C
6000-146 Castelo Branco
secretaria.castelobranco@adfa.org.pt
272 341 201

Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, N.º 429 A, 6º F
3000-177 Coimbra
secretaria.coimbra@adfa.org.pt
239 814 644 / 917 770 241

Évora
Rua dos Penedos, N.º 10 C
7000-712 Évora
secretaria.evora@adfa.org.pt
266 703 473

Famalicão
Estação Rodoviária - Loja 7
Alameda Dr. Francisco Sá Carneiro
4760-038 Vila Nova de Famalicão
secretaria.famalicao@adfa.org.pt
252 322 848 / 252 376 323 / 919 594 527

Faro
Praça da Alfarrobeira, N.º 4 A
8000-503 Faro
secretaria.faro@adfa.org.pt
289 828 515

Lisboa
Avenida Padre Cruz - Edifício ADFA
1600-560 Lisboa
direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com
217 512 615

Madeira
Rua Velha da Ajuda, N.º 50
9000-115 Funchal
secretaria.madeira@adfa.org.pt
291 765 171

Porto
Rua Pedro Hispano, N.º 1105
4250-368 Porto
info.porto@adfa.org.pt
228 347 200

Setúbal
Rua Almeida Garrett, N.º 70
2900-211 Setúbal
secretaria.setubal@adfa.org.pt
265 229 750

Viseu
Praceta ADFA - Emp. Magnólias
Lote 4 R/C Q - Bairro da Balsa
3510-009 Viseu | secretaria.viseu@adfa.org.pt
232 416 034

Esta informação pode ser consultada no site institucional da ADFA, em www.adfa-portugal.com

ÉVORA

Passeio a Setúbal

No dia 17 de Outubro, como o nosso programa anual exigia, fizémos uma visita a Setúbal. Esta actividade deu continuidade ao que temos feito desde há muito: conhecer o património que nos rodeia, em Espanha, no País e, em especial, no território do sul do País. Numa viatura cedida pela Direcção de Formação do Exército, sediada em Évora, rumámos cedo à cidade da foz do Sado. O primeiro ponto de paragem foi o Forte de S. Filipe. Localizado numa arriba sobranceira à foz do Sado, este forte fazia parte de um conjunto de defesas de costa que começaram a ser edificadas no século XVI, já como resposta à artilharia pirobalística. No caso deste forte, Monumento Nacional desde 1933, as obras devem ter começado em 1582/3, mal iniciado o reinado de Filipe I de Portugal que, registe-se, presidiu ao lançamento da primeira pedra e, tudo indica, com projecto inicial do engenheiro militar italiano Giovani Fratino e onde tiveram também intervenção Filippo Terzi e, ainda, Leonardo Torriani, que deve ter concluído a obra por volta de 1600. É uma fortaleza roqueira de planta muito irregular, como o terreno impôs; compõe-se de seis baluartes, casa do governador e capela. A pequena capela é da invocação de S. Filipe (apóstolo de Jesus e homónimo do rei), pequena é do modelo entre o barroco final e o rococó; está toda coberta de azulejos de apenas duas cores, azul e branco, com cenas da vida do santo padroeiro, de grande qualidade e assinados por Policarpo de Oliveira Bernardes, de Lisboa, e datados de 1736.





Seguiu-se, no final da manhã, uma demorada visita ao Mercado Municipal *do Livramento*, no centro da cidade, que os setubalenses se envaidecem ao classificá-lo como "*o melhor mercado do Mundo*". Claro que o que mais chama a atenção do visitante é a quantidade e a qualidade de peixes e mariscos à disposição dos compradores, simples visitante e turistas.

O almoço, à base de peixe, decorreu num dos muitos restaurantes da cidade, perto do rio. Durante o almoço foi cumprimentar-nos o jornalista do *ELO*, Rafael Vicente, o que muitos nos orgulhou.

De tarde, começámos por visitar a igreja do antigo Convento de Jesus, obra iniciada no final do século XV e que revela estruturas importantes que devem datar-se do primeiro terço do século XVI. A traça inicial deve ser atribuída ao arquitecto Diogo de Boutaca e, no conjunto da obra, salta à vista a grande qualidade da capela-mór ainda gótica e a curiosidade de o corpo da igreja ser de três naves à mesma altura, solução pioneira na nossa arquitectura. Devem ainda referir-se as colunas torsas que suportam as abóbadas e a singularidade de as estruturas portantes e a escultura arquitectónica serem executadas na "*pedra da terra*", a *brecha da Arrábida*. De seguida, fizémos uma visita ao Museu de Setúbal; visita demorada e guiada por uma técnica dos serviços educativos da Autarquia, que muito nos ajudou na compreensão dos espólios expostos. De tudo o que o Museu guarda, devemos salientar a modestíssima pedra tumular de Justa Rodrigues Pereira, *ama de leite* do Rei D. Manuel e fundadora do Convento de Jesus, em cujo mosteiro o Museu está instalado, e o monumental retábulo que ornamentou, na origem, o altar-mór da igreja conventual. Este retábulo, pintado nos anos 20-30 do século XVI, é quase certo ser da autoria da oficina lisboeta do pintor régio Jorge Afonso. É composto por 14 pinturas organizadas em três temáticas: *Paixão de Cristo* (fiada superior de cinco pinturas com o *Calvário* ao centro; *Alegrias da Virgem* ou *Infância de Jesus* (fiada intermédia de cinco pinturas da temática com a *Assunção da Virgem* ao centro); *Santos Franciscanos* (dado que o convento era da ordem dos *Frades Menores*, feminino; fiada inferior de quatro pinturas). No Museu pudémos, ainda, visitar salas com espólios que vão desde colecções de peças arqueológicas da Idade da Pedra Lascada até pintura contemporânea. Ao final da tarde, rumámos a Évora, depois de um dia culturalmente enriquecedor e de fraterna vivência associativa.

Manuel J. C. Branco, presidente da Direcção da Delegação

ÉVORA

Almoço natalício

A Delegação de Évora vai organizar o habitual convívio natalício no próximo dia 12 de Dezembro, Sábado, no Restaurante da Sede da Delegação, na Rua dos Penedos, n.º 10, em Évora.

As inscrições devem ser efectuadas na Sede da Delegação, presencialmente ou pelos números 266 703 473 ou 918 813 863, sendo o preço de 30,00 euros, para adultos, e de 15,00 euros, para crianças dos cinco aos 12 anos, e gratuito para menores de cinco anos.

Segundo o programa, o encontro terá lugar pelas 10h30, com concentração na Sede da Delegação, para uma pequena visita guiada a local ainda a definir, seguindo-se o almoço-convívio de Natal, pelas 12h30, com distribuição de prendas pelos menores de 12 anos presentes no convício. "*Não deixes a tua inscrição para o fim e aproveita este dia para que a ADFA possa mostrar a sua força associativa*", apela a organização do evento.

A Direcção da Delegação

Informações aos Associados

Quotas em dia

As Delegações da ADFA apelam aos associados para que, no cumprimento do seu dever associativo, procedam à regularização do pagamento das quotas, no valor anual de 84,00 euros. O pagamento de quotas poderá ser efectuado presencialmente, na Sede da Delegação, ou através de cheque, vale postal ou por transferência bancária, para o IBAN de cada Delegação.

Em caso de transferência bancária, devem identificar o número de associado e entregar o comprovativo através de email ou presencialmente, para emissão e envio do respectivo recibo.

Contactos e IBAN

COIMBRA
Tel.: 917 770 241, 239 814 644
Email: secretaria.coimbra@adfa.org.pt
IBAN PT50 003507400000436853067.

FAMALICÃO
Tel.: 252 322 848, 252 376 323 / 919 594 527
Email: secretaria.famalicao@adfa.org.pt
IBAN PT50 0010 0000 3956 2500 0018 1 (BPI).

FARO
Tel.: 289 828 515
IBAN: PT50 0035 0303 0004 0507 23050.

LISBOA
Números 217 512 625/937 534 192 ou 217 512 630 /934 004 725 ou endereço electrónico secretaria.lisboa@adfa-portugal.com
IBAN PT50 0036 0071 9910 0079 848 77

VISEU
Tel.: 232 416 034 / 919 356 741 / 917 366 082
Email: secretaria.viseu@adfa.org.pt
IBAN PT5000 4531 80400 34119 63803.

Falecimento de associados

Apela-se aos associados e familiares que, quando ocorra o falecimento de um associado, o participem à Delegação, informando sobre as exéquias fúnebres, com referência ao local e à hora, para que a ADFA possa estar presente e prestar-lhe a devida homenagem.

Validade de cartões

Os associados devem verificar a validade dos seus cartões ADM do seu agregado familiar e também dos cartões de DFA, PPI, GDFA e GDSEN e solicitar a sua revalidação com, pelo menos, três meses de antecedência em relação à data de validade.

A renovação deve ser efectuada após contacto prévio com a Delegação, para informação sobre quais os documentos necessários para esse processo.

Estar alerta

Alerta-se os associados para que, sempre que se dirijam a um Hospital ou outra entidade com acordo com a ADM, solicitem previamente um Orçamento ou Informação sobre os custos de cada acto médico.

JORNAL ELO

Estatuto Editorial

01. O jornal ELO, criado em 23 de novembro de 1974, é o órgão de informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), a sua proprietária, e é gerido pela Direção Nacional (DN).

02. Como órgão institucional deve respeitar os Estatutos da ADFA, designadamente no que respeita ao estipulado no seu Artigo 1.º, e demais diretivas dos seus Órgãos Nacionais eleitos. Como órgão de informação deve respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional do Jornalismo.

03. O ELO privilegia, na sua temática, as questões relacionadas com os deficientes das Forças Armadas, no sentido da promoção da sua dignificação como cidadãos com direitos e deveres, sendo elemento ativo na defesa dos seus direitos e da sua qualidade de vida.

04. O ELO deve ser, também, veículo de toda a problemática dos deficientes portugueses, promovendo a defesa dos seus direitos e divulgando as iniciativas das suas organizações representativas.

05. O ELO poderá incluir temas gerais de carácter informativo, cultural e recreativo.

06. O ELO deve estar permanentemente atento ao que se passa na ADFA e deve ser um colaborador privilegiado dos Órgãos Nacionais, das Delegações e dos Núcleos na divulgação da imagem e dignificação da Associação, junto dos órgãos do Estado e das autarquias, da Instituição Militar, das organizações internacionais de vítimas e de veteranos de guerra, das organizações de deficientes militares dos PALOP, das associações portuguesas de militares e de antigos combatentes, das organizações de e para deficientes e da opinião pública em geral.

07. O ELO deve prestar uma atenção muito especial às bases da ADFA, reservando parte importante do seu espaço para a divulgação das notícias e eventos das Delegações e para dar voz aos associados quer publicando as suas cartas, quer indo ao seu encontro para colher os seus testemunhos a publicar em forma de entrevista.

08. Fazendo os deficientes militares parte da "Família Militar", o ELO, em colaboração com a Direção Nacional, deve manter os associados informados sobre a Instituição Militar, em especial nos assuntos de interesse comum.

09. Na seleção do material a publicar, o ELO deve ter presentes princípios de isenção e pluralismo, devendo a colocação dos textos nas páginas, as ilustrações e outros elementos obedecer a critérios baseados na efetiva importância de cada texto ou foto e não nas convicções ou interesses particulares dos seus autores ou de quem seleciona ou pagina.

10. Em cada edição o ELO deve fazer a distinção do que é material noticioso e do que é opinião. As notícias devem ser objetivas e cingir-se à narração e análise dos factos; as opiniões devem ser assinadas por quem as defende e obedecer aos princípios do presente estatuto.

11. O ELO deve estar atento à evolução das novas tecnologias da informação e procurar estar atualizado na sua utilização.

QUEM FAZ O ELO

Ficha Técnica

PROPRIEDADE E EDIÇÃO:
Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA
Pessoa Colectiva n.º 500032246 | Email : jornal.elo@adfa-portugal.com | Internet – http://www.adfa-portugal.com

DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO:
Av. Padre Cruz - Edifício ADFA, 1600-560 LISBOA
Tel: 21 751 26 00

DIREÇÇÃO NACIONAL DA ADFA /ADMINISTRAÇÃO:
António Pereira Neves; José Carlos Pavoeiro;
Cândido Patuleia Mendes; Arlindo dos Santos.

REDACÇÃO:
Director: José Diniz; Editor/Jornalista: Rafael Vicente (cart. prof. 2521); Fotojornalista: Farinho Lopes (cart. prof. 4144); Coordenação Gráfica: Ivo Mendes

CORRESPONDENTES:
Paulo Teves (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Mangana (Castelo Branco), Manuel Paiva (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Anquises Carvalho (Famalicão), Ludgero Sequeira (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), João Martins (Madeira), Abel Fortuna (Porto), Direcção Nacional (Setúbal) e João Gonçalves (Viseu)

COLABORADORES PERMANENTES:
António Cardoso (Informática); Helena Afonso (Legislação); Augusto Silva (Museu da Guerra Colonial); Jerónimo Sousa (CRPG/ PADM); Paula Afonso (DDIP), Vanessa Braga (Gabinete dos Órgãos Sociais); Victor Sengo (Coluna do Zangão); Ângela Henriques (Saúde e Bem-Estar); Ariadne Pignaton (Memória e Património); António Capela Gordo (Ciência e Técnologia)

IMPRESSÃO:
FIG - Indústrias Gráficas, S.A. – Rua Adriano Lucas, 3020-265 Coimbra - E-mail: fig@fig.pt – Tel.: 239 999 922

Registo da Publicação na ERC: 105068/77
Depósito Legal – 99595/96
Assinatura Anual: 7,00 euros.
Tiragem deste número: 7500 ex.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das Direcções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.

UM GESTO SEU. UM APOIO À ADFA.

Dádivas que contam histórias

A história da ADFA faz-se através do seu testemunho associativo. Contribua e partilhe com o ELO ou com o Arquivo da Associação os seus documentos ou objectos que ajudam a contar essa história. Os documentos podem ser digitalizados e os objectos fotografados, para que esses episódios passem a constituir parte do nosso legado associativo e institucional comum.

ADFA
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

QUER CONTRIBUIR?
Contacte-nos pelo o email: jornal.elo@adfa-portugal.com

REUNIÕES

Reunião de Trabalho na Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

Texto e fotografias: Rafael Vicente | Arquivo ELO



O Presidente da DN com o MGen. Rui Tendeiro

A Direcção Nacional da ADFA participou numa reunião de trabalho, na Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Defesa Nacional (DGRHDN), no dia 6 de Outubro último, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional (MDN), em Lisboa.

O encontro contou, por parte daquela estrutura do MDN, com a presença do seu director-geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional, MGen. Rui Tendeiro, que esteve acompanhado pelo subdirector-geral, Pedro Miguel Vieira, e pelo director de serviços daquela Direcção-Geral, Manuel Pessanha. A ADFA esteve representada pelos presidente, vice-presidente e tesoureiro e vogal da DN, António Pereira Neves, Cândico Patuleia Mendes e Arlindo Santos, assessorados pela consultora jurídica nacional Helena Afonso, estando também presente a assistente do presidente da DN, Sara Santos.

O tema abordado nesta reunião de trabalho centrou-se na mais recente versão do Caderno Reivindicativo da ADFA, que fora apurado, em termos de redacção final, pelos técnicos da DGRHDN e pela assessora jurídica nacional, um conjunto de documentos que, já estruturado em linguagem específica para publicação, tinha sido entregue ao ministro da Defesa Nacional, que os "*acolheu com visível agrado*".

A DN tomou conhecimento da proposta elaborada pela Direcção-Geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional sobre as medidas constantes no Caderno Reivindicativo da ADFA e para fazerem parte do Orçamento do Estado para 2027. A ADFA vai ainda remeter, ao ministro da Defesa Nacional, um ofício sobre este assunto.

"*Estando já na Assembleia da República a proposta do Orçamento do Estado para 2027, a DN está a envidar todos os esforços para ser recebida brevemente por aquele membro do Governo, tal como pelos deputados da Comissão Parlamentar de Defesa e por todos os Grupos Parlamentares, para mais um esforço aturado e apurado, na defesa da publicação do produto do nosso esforço, uso de argumentação de convencimento e luta, por cujo desfecho positivo muitos deficientes militares há tantos anos anseiam*", salientou o presidente da DN, acrescentando que "*esperamos resultados claros na continuidade deste intenso esforço da ADFA*".



ASSOCIADOS PARTICIPAM NA INICIATIVA DIAS DA MEMÓRIA

PADM recolhe testemunhos na ADFA

Partilha e preservação das memórias da Guerra Colonial

Texto: Rafael Vicente | Fotografias: PADM / CRPG





O atrium principal da sede nacional encheu-se de associados e familiares que participaram nesta iniciativa

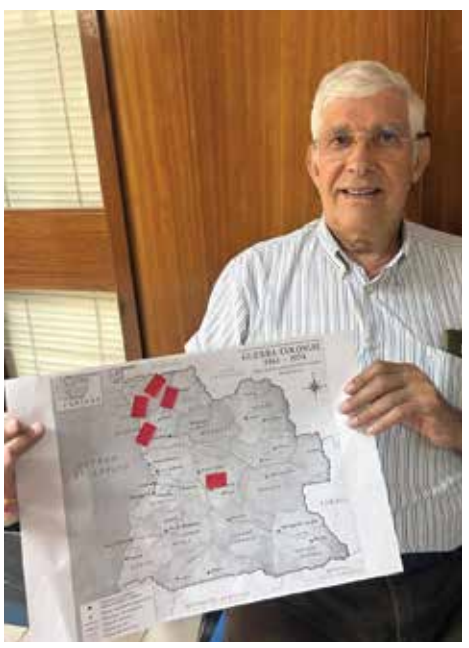
A forte adesão dos deficientes militares marcou os *Dias da Memória*, realizados nos dias 8 e 9 de Outubro, nas instalações da Sede Nacional da ADFA, em Lisboa. O evento permitiu realizar cerca de 49 entrevistas e digitalizar centenas de fotografias e registos de objectos pessoais relacionados com a Guerra Colonial.

Esta actividade integrou o Projecto *Memórias da Guerra Colonial*, iniciado em Maio de 2025, no âmbito do Plano de Acção para Apoio aos Deficientes Militares (PADM), desenvolvido pelo Centro de Reabilitação Profissional (CRPG), com o apoio da Fundação *Aga Khan Portugal* e da Fundação *"la Caixa"*, em parceria com o Programa *Memória para Todos*®, do pólo História, Territórios e Comunidades (HTC – NOVA FCSH).

O Projecto tem como objectivo recolher, preservar e valorizar os testemunhos dos deficientes militares que participaram na Guerra Colonial, em Angola, Moçambique e na Guiné, entre 1961 e 1974, contribuindo para a preservação da memória histórica e colectiva e, simultaneamente, para a promoção da participação activa e do bem-estar psico-social dos deficientes militares.



Equipa do PADM



Associado António Fernandes

Ao longo daqueles dois dias, os participantes demonstraram grande disponibilidade e satisfação em partilhar as suas histórias de vida, fotografias e recordações, valorizando a oportunidade de ver as suas experiências reconhecidas e preservadas para as gerações futuras.

A actividade contou com a colaboração de 11 investigadores da NOVA FCSH, que contribuíram para a recolha, registo e contextualização dos testemunhos numa perspectiva histórica e científica. Antes desta actividade, o Projecto já tinha permitido realizar 82 entrevistas em vídeo e recolher centenas de fotografias, constituindo um importante arquivo documental em permanente construção. Os testemunhos e os materiais poderão ser visionados no Portal da Defesa Nacional através do acesso: https://www.defesa.gov.pt/pt/adefesaeeu/dfa/Paginas/default.aspx

O sucesso dos *Dias da Memória* reforça a importância da continuidade deste Projecto, que procura não apenas preservar um património histórico e humano de elevado valor, mas também dar voz aos deficientes militares, reconhecer as suas experiências e garantir que as suas memórias não sejam esquecidas.

NOTAS DE REPORTAGEM

Dias notáveis, com pessoas especiais



Texto e fotos: Rafael Vicente





Os entrevistados trouxeram documentos e objectos particulares que partilharam durante os Dias da Memória

O *ELO* encontrou muitos associados e amigos durante a iniciativa Dias da Memória, realizada na Sede Nacional, nos dias 8 e 9 de Outubro.

A Guerra Colonial e as experiências nela vividas foi o tema central, que trouxe à ADFA os testemunhos de vários associados e familiares, que também apresentaram objectos e documentos dignos de registo e análise.

A realização das entrevistas teve lugar em diversos espaços da Sede Nacional, com a sala de espera no átrio principal, no piso 0. A impaciência e o desejo de partilhar vivências marcaram a chegada à Sede e os primeiros momentos, que antecederam o encontro dos técnicos com quem deixou o seu testemunho, muitas vezes com bastante emoção.

A iniciativa "*Dias da Memória - Guerra Colonial*" nasceu no âmbito da implementação do PADM, a cargo do CRPG, do Projecto *Memórias da Guerra Colonial*,contando com o apoio da Fundação *Aga Khan Portugal* e da Fundação "*la Caixa*". A equipa de técnicos superiores do PADM, em conjunto com 11 investigadores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), desdobrou-se nas gravações e registos dos testemunhos em forma de entrevistas, constatando os elevados níveis de satisfação com que a partilha decorreu.

Os associados confessavam sentir-se bem ao contarem as suas histórias de guerra, as suas experiências em combate e os sofrimentos físicos e psicológicos que os atingiram nessa fase da sua juventude, quebrando sonhos e projectos de vida, e obrigando a uma adaptação que só a resiliência vivida em família pode conseguir.

"*A participação activa dos deficientes militares no registo da sua própria história, contribui para o seu bem-estar e para a sua saúde mental e previne o isolamento e a solidão que lhes estão associados*", referiu a equipa de técnicos do PADM em conversa informal com o *ELO*.

"*Para além de preservar memórias individuais, esta iniciativa contribui para a construção de um património histórico e humano de inestimável valor, promovendo uma compreensão mais profunda deste período marcante da história de Portugal*", explicou Jerónimo Sousa, coordenador do PADM, na apresentação desta iniciativa à ADFA.

Numa perspectiva de continuidade, foi referido que, "*para além da recolha de 50 testemunhos em cada ano pela equipa do PADM, a iniciativa Dias da Memória representa uma oportunidade para reforçar esse trabalho, convidando os deficientes militares para que partilhem os seus testemunhos, fotografias, cartas, documentos e outros registos relacionados com a sua experiência de guerra, recolhendo um número acrescido de testemunhos para além dos planeados pelo PADM para cada ano*".

Cada testemunho representa um contributo único para a história colectiva, dando voz aos protagonistas e, valorizando esse legado, assegura que as suas experiências permanecem vivas na memória do País.

Os trabalhos de recolha de testemunhos distribuíram-se por sete espaços da Sede Nacional: gabinetes do Serviço Social da Delegação de Lisboa e Nacional; Auditório *Jorge Maurício*; Biblioteca; Arquivo; gabinetes dos Serviços Médicos Nacionais; gabinete do CFN e sala adjacente; espaço para acolhimento dos participantes (átrio principal), também para digitalização de fotos e documentos e uma área técnica; com os serviços de apoio do bar e do restaurante da Sede.

Entre a equipa de trabalho e os associados e familiares que deram os seus contributos para o registo de aspectos da História recente de Portugal, foram dois dias plenos de emoções, de partilhas, de encontros e convívio sãos a que será importante dar continuidade.



ADFA contacta Grupos Parlamentares e Comissão de Defesa Nacional

Discussão, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2027

Texto: Rafael Vicente

No dia 8 de Outubro último, deu entrada no Parlamento a Proposta de Lei n.º 110/XVII/2 – Orçamento do Estado para 2027, que veio a ser aprovada na generalidade, na sessão parlamentar do dia 28 de Outubro, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, abstenções do PS, do PAN e do JPP, e votos contra do Chega, da IL, do Livre, do PCP e do BE. O Gabinete Jurídico da ADFA, numa primeira abordagem ao teor da proposta para o OE2027, realçou que, no que respeita aos deficientes militares, o diploma apenas indica, no seu Artigo 134.º, a actualização, em 2%, do suplemento por serviço e risco e suplemento de Condição Militar. O documento refere ainda *as* "*transferências de verbas inscritas no orçamento do Ministério da Defesa Nacional para a Cruz Vermelha Portuguesa, Liga dos Combatentes e Associação de Deficientes das Forças Armadas relativas às subvenções constantes do mapa de desenvolvimento das despesas dos serviços integrados*". Indica também a "*transferência de verbas inscritas no orçamento do Ministério da Defesa Nacional, para o Instituto de Acção Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA), destinadas ao pagamento ao Laboratório Nacional do Medicamento (LM), das despesas relativas ao fornecimento das ajudas técnicas, produtos de apoio e produtos complementares aos Deficientes das Forças Armadas, até ao montante de 2.815.958,00 €*". O Gabinete Jurídico salientou que "*as reivindicações legislativas da ADFA não se encontram consagradas em sede de proposta do OE para 2027*".

Entretanto, a Direcção Nacional contactou todos os partidos com assento parlamentar e com a Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, no dia 27 de Outubro, solicitando o agendamento de audiências para nova apresentação do Caderno Reivindicativo. Assim, foram contactados os Grupos Parlamentares do PSD, do Chega, do PS, da IL, do Livre, do PCP, do CDS-PP, e os deputados únicos do BE, do PAN e do JPP.

"*Passado um ano, e sem que nada tenha sido decidido sobre esta matéria, vimos, uma vez mais, procurar a abertura e o empenhamento para que, passado mais de meio século sobre o fim da Guerra Colonial, seja possível reparar os danos e fazer justiça a um universo de cidadãos, deficientes militares e suas viúvas, que continuam a aguardar que lhes sejam reconhecidos os legítimos direitos pelos quais há tanto tempo lutam e esperam*", salientou a DN.

A ADFA considera "*fundamental e da mais elementar importância*" ser ouvida sobre esta matéria, constituindo o seu "*conhecimento profundo sobre o incumprimento da legislação específica já existente e as enormes injustiças que ainda afectam os deficientes militares, uma clara mais-valia e um precioso contributo para a eventual análise e discussão que venham a realizar-se a nível parlamentar*".

À hora do fecho desta edição, a ADFA já havia sido contactada por quatro Grupos Parlamentares: do Bloco de Esquerda, que pediu contributos para a discussão do OE2027 na especialidade; do Chega, que, por indisponibilidade de agenda, solicitou novo contacto, após a conclusão da discussão do OE2027; do Partido Comunista Português, agendando, para o dia 5 de Novembro, uma audiência com os representantes do seu Grupo Parlamentar; do Iniciativa Liberal, que sugeriu o envio de uma exposição escrita para análise cuidada. O Grupo Parlamentar do PCP, que recebeu a ADFA no dia 5 de Novembro, mostrou vontade política para defender o Caderno Reivindicativo durante a discussão na especialidade do OE2027, tendo esse documento sido entregue pelo presidente da DN durante a audiência.

Reunião com director do HFAR

Texto e fotografia: Rafael Vicente



A ADFA participou numa reunião de trabalho com o director do Hospital das Forças Armadas (HFAR), BGen. José Monge, no dia 30 de Outubro, no Pólo de Lisboa daquela Unidade de Saúde Militar. Representaram a ADFA os presidente, vice-presidente e secretário da DN, António Neves, Cândido Patuleia Mendes e José Pavoeiro, e o presidente da MAGN, Joaquim Mano Póvoas. A ADFA apresentou as suas preocupações face às questões que afectam a saúde dos deficientes militares, nomeadamente a atribuição e fornecimento de próteses e outros produtos de apoio, processo que sofre de uma morosidade que tem perturbado a vida dos deficientes militares, alguns do quais ficam por isso sujeitos a uma reclusão forçada nos seus domicílios.

O director do HFAR informou que em breve deixará de exercer funções nessa Unidade de Saúde Militar, manifestando-se, no entanto, sempre disponível para os assuntos dos deficientes militares.

Referiu que os problemas relativos ao fornecimento de próteses e outros produtos de apoio aos deficientes militares é um problema de constrangimento nos interfaces do processo de atribuição e fornecimento, que também afecta o SAPADM. O director informou que poderá vir a ser criada uma estrutura que permita resolver as questões de financiamento desses produtos e ajudas técnicas e que se aguarda o resultado de um estudo sobre a criação dessa entidade.

"*Os deficientes militares devem ser e são uma prioridade para o País*", referiu o director do HFAR. Sobre as medidas previstas e já dialogadas com a ADFA, foi referido que incluem o já criado Gabinete de Apoio aos Deficientes Militares, com um gestor dedicado, prevendo-se a contratação de um Técnico de Serviço Social, para garantir a especificidade do seu atendimento e acompanhamento no HFAR. O Regulamento já está concluído, aguardando-se a finalização do processo de contratação do referido gestor.

O director do HFAR aludiu ainda à possibilidade de realização de acções de sensibilização dos profissionais de saúde do Hospital, com a colaboração da ADFA, para a partilha de conhecimentos e experiências sobre a especificidade da saúde dos deficientes militares, promovendo mais informação e sensibilização junto dos profissionais de saúde do HFAR. Esta iniciativa será brevemente apresentada ao CEMGFA, segundo informou o director, BGen. José Monge, que lembrou que o aprofundamento da ligação com a ADFA, em termos de colaboração e sensibilização, "*será essencial*".

Audiência na Secretaria de Estado da Defesa Nacional

Texto e fotografia: Rafael Vicente

A ADFA foi recebida, a seu pedido, em audiência concedida pelo secretário de Estado adjunto e da Defesa Nacional, Álvaro Castelo Branco, no dia 4 de Novembro, no Ministério da Defesa Nacional, em Lisboa. Acompanhavam o governante o seu chefe de Gabinete, José Morais, e a ajudante-de-campo do MDN, major Iolanda Rodrigues. A Associação foi representada pelos presidente e vice-presidente/tesoureiro da DN, António Neves e Cândido Patuleia Mendes, e pelo presidente do Conselho Fiscal Nacional, Artur Vilares, assessorados pela responsável do Departamento de Documentação, Informação e Projectos, Paula Afonso, e pelo editor do *ELO*, Rafael Vicente.

Nesta audiência foram apresentadas as preocupações da ADFA, nomeadamente as promessas daquele Ministério, ainda não cumpridas, relativamente às questões do Caderno Reivindicativo, aprovadas na AGN de 12 de Abril de 2025, e a "*demora, insuportável por parte dos Deficientes das Forças Armadas, na injustificada espera pelo moroso processo que decorre*



entre a atribuição e a entrega, das próteses e outro material de apoio, sobretudo fruto do intrincado processo circundante que decorre da sua aplicação até ao momento da correspondente aplicação, do HFAR para o Laboratório Nacional do Medicamento e do IASFA para a ADM, a entidade pagadora".

O presidente da DN realçou o desconforto da ADFA, ao aperceber-se que, na área da Defesa Nacional da proposta do Orçamento de Estado para 2027 (OE2027), parecem não constar indicações para a inclusão da implementação das justas reivindicações da ADFA, na matéria legislativa do reconhecimento devido aos deficientes militares e suas viúvas. O presidente insistiu ainda na "*dureza e protelamento excessivo do processo de adjudicação de próteses, quantas vezes 'desculpada' por inexistência das verbas apropriadas, essas, sim, sempre bem visíveis no OE, situação que se agrava com a necessidade imperiosa da sua sujeição à 'Contratação Pública', por parte do Tribunal de Contas*".

"*O governante afirmou não estar profundamente conhecedor das matérias do Caderno Reivindicativo da ADFA, especificamente mais acompanhadas pelo ministro, aditando ir delas inteirar-se para, muito em breve, poder dar conta da tramitação que, em relação às mesmas, se encontra em curso e acrescentando que as contingências da questão das dificuldades das verbas atribuídas pelo MDN, para a aquisição de material protésico, tal como o complexo carrocel de entidades por onde passam as suas atribuições, desde prescrição, concurso, fiscalização, encomenda, e aos longínquos pagamento e entrega ao utente, são do seu conhecimento, tal como do general chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e que ambos estão a equacionar formas de próxima alteração de tão emaranhada forma de apoio*", referiu a DN.

Falou-se seguidamente do caso da "*fusão, por incorporação*", do CRPG noutro organismo, "*situação causadora da maior surpresa, estranheza e mesmo estupefacção*", como referiu a ADFA, face à Portaria, oriunda do secretário de Estado adjunto e do Trabalho, "*com cujo Protocolo a DN não pode, de modo nenhum, estar de acordo, por falta de atempado conhecimento do facto e suas consequências, muito em especial com a forma de continuidade da extraordinária plataforma de apoio e ajuda para os deficientes militares, que constitui também a incerteza do seguimento e abrangência do PADM, criado, financiado e coordenado por muito boa deliberação do MDN*".

O secretário de Estado mostrou-se conhecedor deste assunto e, sabedor das preocupações da ADFA em todas aquelas vertentes, referiu que irá fazê-las sentir àquele seu colega de Governo, instando-o a que receba a ADFA na audiência que esta, sem resultados, já lhe solicitou a 26 de Outubro findo. A DN considerou "*positiva*" a continuidade da abertura do MDN para com os problemas que lhe são apresentados pela ADFA.

Ministro anuncia alteração ao sistema de fornecimento de próteses

Audição durante a discussão do OE2027 na especialidade

Texto: Rafael Vicente

A ADFA esteve na Assembleia da República, na Audição conjunta do ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, na Comissão de Defesa Nacional com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala do Plenário do Parlamento, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 110/XVII/2.ª (GOV) para o Orçamento do Estado para 2027.

O governante esteve acompanhado pelo secretário de Estado adjunto e da Defesa Nacional, Álvaro Castelo Branco, pelo secretário de Estado adjunto e da Política da Defesa Nacional, Nuno Pinheiro Torres, e pelo secretário-geral do MDN, TGen. Fernando Campos Serafino.

A Associação esteve representada pelo presidente da DN, António Neves, acompanhado pela sua assistente, Sara Santos, e pelo presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro.

O ministro Nuno Melo anunciou, em primeira mão, e em resposta às questões dos deputados, que "*o Governo dará mais atenção aos antigos combatentes e aos deficientes das Forças Armadas*", e acrescentou que o sistema de atribuição de próteses e outros produtos de apoio aos deficientes militares será alterado, "*a partir de 1 de Janeiro de 2027*", passando os pagamentos a ser feitos directamente pelo HFAR e não através do IASFA, como ocorre actualmente, reduzindo assim o tempo de espera dos DFA.

O ministro sublinhou que "*os DFA são, como os antigos combatentes em geral, heróis de Portugal*". Acrescentou que pretende brevemente agendar uma reunião com a Direcção Nacional da ADFA, a quem aproveitou para saudar, fazendo notar que o seu presidente se encontrava a assistir à Audição na galeria.

Fusão do CRPG com o CEFPI

A Portaria n.º 469/2026/1, 27 Out, do secretário de Estado adjunto e do Trabalho, entrou em vigor no dia 28 de Outubro

Texto: Rafael Vicente

O Governo, através do secretário de Estado adjunto e do Trabalho, Adriano Sousa Moreira, determinou a "*fusão, por incorporação, do Centro de Reabilitação Profissional* [CRPG] *no Centro de Educação e Formação Profissional Integrada* [CEFPI]", tendo publicado em Diário da República a Portaria (PRT) n.º 469/2026/1, de 27 de Outubro, para esse mesmo efeito.

A Portaria que determina a extinção do CRPG, com a sua fusão por incorporação no CEFPI, entrou em vigor no dia seguinte à publicação em Diário da República, ou seja, no dia 28 de Outubro.

Segundo dispõe o preâmbulo da PRT, "*a fusão por incorporação do CRPG no CEFPI, em alinhamento com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2026, de 31 de Março* [Estratégica para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2026-2030], *visa a criação de uma entidade vocacionada para a reabilitação, qualificação e inclusão das pessoas com deficiência, contribuindo para a prossecução dos objectivos de promoção do emprego inclusivo*".

O CRPG, criado em 27 de Julho de 1999, fica, desde 28 de Outubro (data em que a PRT entrou em vigor), incorporado no CEFPI, criado em 29 de Outubro de 1986.

Os considerandos iniciais do diploma prendem-se com a reforma do Estado, a simplificação e reforma do modelo actual de formação profissional, uma "*lógica de complementaridade, em detrimento de uma lógica concorrencial*", e a busca de maior eficácia e eficiência e de melhor capacidade de resposta para a rede de Centros de Formação do IEFP, IP, "*evitando redundâncias e duplicação de recursos públicos*".

Em resultado da fusão, vai extinguir-se o nome CRPG e manter-se a designação CEFPI. Nos números um e dois do seu artigo 3.º, o diploma dispõe que "*o processo de fusão compreende todas as operações e decisões que se mostrem necessárias à extinção, e subsequente fusão, por incorporação, do CRPG no CEFPI, incluindo, designadamente, todas as operações e decisões indispensáveis à sucessão de atribuições designadamente a transferência das actividades, do pessoal, e a reafectação de todos os demais recursos financeiros e patrimoniais, os quais acrescem ao património e aos recursos financeiros já existentes da entidade incorporante*" e que "*os membros dos órgãos do CRPG e do CEFPI cessam, de imediato, o mandato para o qual foram designados, à excepção dos respectivos directores, que se mantêm em funções, no novo Centro, até à conclusão do processo de fusão*".

O processo de fusão decorre sob a alçada do Conselho Directivo do IEFP, com celebração de novo protocolo dele resultante homologado pela tutela "*no prazo máximo de 30 dias*", segundo o diploma, que também prevê que a responsabilidade pelo processo de fusão, quanto às atribuições e missão, ao quadro de pessoal, aos recursos financeiros, direitos e obrigações, aos bens imóveis e móveis, a bibliotecas, centros de documentação e arquivos e aos procedimentos na reafectação do património, direitos e obrigações, será do Conselho de Administração e directores dos Centros, cujas competências devem ser operacionalizadas, "*no prazo máximo de 90 dias*", a partir da data dos novos Órgãos.

A integração do CRPG e seu património e pessoal no CEFPI será total, dispondo ainda a Portaria que "*todas as valências asseguradas e os protocolos celebrados pelo CEFPI e pelo CRPG até à presente data mantêm-se em vigor*", sendo, no entanto, objecto de avaliação pelo IEFP, "*a realizar no prazo máximo de 90 dias*" a contar da data de entrada em vigor da Portaria, e indicando-se que "*todas as referências expressas no quadro legal vigente ao CRPG devem considerar-se feitas ao CEFPI*".

Estupefacção e apreensão

Texto: Rafael Vicente

A ADFA manifestou-se junto do secretário de Estado adjunto e do Trabalho (SEAT), Adriano Sousa Moreira, em 3 de Novembro, por meio de ofício que acompanhava documentos que apresentavam o parecer e posicionamento daquelas Instituições face à publicação da Portaria que funde, por incorporação, o CRPG no CEFPI.

Nesses documentos é defendida a reversão do que foi determinado no diploma que extingue o CRPG.

No dia 9 de Outubro, os representantes da ADFA e da APG no Conselho de Administração do CRPG, compareceram em reuniões, em separado, com o presidente do Conselho Directivo do IEFP, sendo-lhes apresentada uma proposta e solicitado um parecer tão breve quanto possível. A ADFA e a APG enviaram à Secretaria de Estado do Trabalho, em 26 de Outubro, um pedido formal de audiência com o secretário de Estado, para, pessoalmente, fazerem entrega e apresentar o respectivo parecer.

Em 27 de Outubro, foi com surpresa que foram confrontados com a publicação da Portaria que dava como facto consumado a fusão, por incorporação, "*sem oportunidade de se pronunciarem*".

A ADFA expressou o seu posicionamento sobre a decisão de fusão, por incorporação, solicitando "*a melhor atenção para o que está em causa e para as consequências da decisão, e que a mesma seja revertida, a bem dos superiores interesses do País*".

A ADFA manifestou a sua "*total discordância relativamente à fusão, por incorporação*", fundamentando as suas razões. Expressou também "*estranheza pelo modo como a decisão foi tomada, e pelo exercício da pretensa consulta que ocorreu*", realçando o "*respeito institucional*" que sempre pautou a sua relação com o Governo e com o IEFP.

No parecer e posicionamento enviados ao governante, a Associações que representavam 50 por cento do CRPG (o IEFP representava 50 por cento, com voto de qualidade) sublinharam que "*a fusão por incorporação iria juntar duas realidades completamente distintas: os jovens com deficiências intelectuais, do desenvolvimento e da neuro-divergência, apoiados pelo CEPFI, e os adultos com deficiências e incapacidades adquiridas na sequência de acidentes e doenças, apoiados pelo CRPG*".

Apresentaram que "têm missões e públicos-alvo (...) completamente distintos, requerendo modelos, programas, metodologias, sistemas de trabalho, profissionais e competências perfeitamente diferenciadas", e que "têm culturas muito próprias, com sistemas de trabalho, metodologias, quadro de competências e modelo e sistemas de gestão, muito distintos, e perfeitamente consolidados".

As duas entidades alertaram para os "*enormes*" riscos da agregação e "*registam com surpresa o facto do estudo de avaliação dos centros de formação profissional de gestão participada, concluído e apresentado em 2024, recomendar a fusão de alguns centros, não estando, todavia, o CRPG lá indicado como um dos centros a fundir*".

Considerando a fusão "*inviável e não condizente com as necessidades do País*", a ADFA considera que a PRT 469/2026/1, de 27 de OUT, "*é a expressão evidente da desvalorização da relevância política atribuída às deficiências e incapacidades adquiridas, e uma desvalorização da estratégia e do trabalho que vem sendo desenvolvido*".

"*A ADFA considera pertinente e necessária a reponderação da decisão, permitindo que se continue a desenvolver e a consolidar uma política de reabilitação e reintegração profissional das pessoas com incapacidades adquiridas, tal como previsto no quadro legal*", sublinha o documento de posicionamento da Associação.

A ADFA apresentou, no dia 26 de Outubro, às Secretarias de Estado na Defesa Nacional e do Trabalho, pedidos de audiência, com carácter de urgência, no sentido de "*analisar a questão do futuro institucional do CRPG*".

História do CRPG

Texto e fotografia: Rafael Vicente





O primeiro-ministro António Guterres visitou o CRPG em Janeiro de 2002

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) nasceu da Oficina de Próteses que funcionou nas instalações da Delegação da ADFA no Porto e entrou em funcionamento em 1992, no âmbito de um acordo celebrado, em 1991, entre o IEFP, a CERCIGAIA e a ADFA. Com a saída da CERCIGAIA, há alguns anos, entrou a APG, e o Centro passou a designar-se por Centro de Formação Profissional, por ter a sua missão ampliada à escala nacional.

O CRPG torna-se um Centro de Gestão Participada, através da Portaria n.º 564/99, de 27 de Julho, com a missão de "*promover actividades de orientação para a qualificação e emprego, formação profissional, apoio ao emprego, reconversão profissional e readaptação ao trabalho e reintegração na vida activa e profissional de pessoas com deficiências e incapacidades, nomeadamente as adquiridas na sequência de acidentes e doenças profissionais e outras, através de um conjunto integrado de programas, medidas e estratégias em conformidade com as orientações do IEFP, IP, tendo em consideração as directrizes gerais definidas pelo Governo para as políticas de emprego e de reabilitação profissional*".

O CRPG passou a ter um posicionamento internacional e europeu, quando aderiu, em 1999, à *European Platform for Rehabilitation* (EPR), de que o seu director chegou a ser presidente (2019), e à *European Foundation for Quality Management* (EFQM).

O *ELO* apresenta uma fita do tempo, com os principais marcos históricos do CRPG, recordando as visitas, em diversas ocasiões, de entidades públicas como o primeiro-ministro António Guterres, e ministros e secretários de Estado que tutelavam áreas como a Defesa Nacional e o Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de que o jornal fez a cobertura jornalística.

1976 - Criação do Centro Oficinal de Meios Ortopédicos (COMO) na Delegação do Porto.

1991 - Assinatura do Protocolo do Acordo de Cooperação entre o IEFP, a ADFA e a CERCIGAIA que cria o CRPG.

1992 - CRPG entra em funcionamento.

1999 - CRPG torna-se Centro de Gestão Participada e adere à Plataforma Europeia de Reabilitação – *European Platform for Rehabilitation* (EPR).

2003 – Certificação *EQUASS – Nível II* da Excelência dos Serviços Sociais, atribuída ao CRPG (renovada em 2006, 2009 e 2012) e implementação da nova estratégia e estrutura organizacionais.

2007 – Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC/WVF) distingue o CRPG com o *Prémio de Reabilitação.*

2009 – Coordenação do PADM – Plano de Acção para Apoio aos Deficientes Militares

2015 - Refiliação do CRPG na *European Platform for Rehabilitation* (EPR).

2017 - CRPG obtém o reconhecimento "*Committed to Excellence*", da *European Foundation for Quality Management* (EFQM).

2019 - Nomeação do director do CRPG como presidente da *European Platform for Rehabilitation* (EPR).

Revisão Estatutária

Texto: Rafael Vicente

O Grupo de Trabalho para a Revisão Estatutária está a apreciar as alterações, aperfeiçoamentos e adequações que lhe foram já remetidas e concretizadas sobre a proposta de Estatutos, que foi publicada na edição de Agosto/Setembro do *ELO*.

Os contributos já recepcionados correspondem ao trabalho realizado na sequência das quatro reuniões que o Grupo promoveu com todas as Delegações, como explicou o coordenador do GT, Cândido Patuleia Mendes, "*um elenco de reparos expurgados pelo presidente da MAGN, súmula de encontros com associados, por parte de uma das nossas Delegações, e uma discordância de forma, por parte de um associado*".

As reuniões descentralizadas e por videoconferência com as Delegações, realizaram-se nos dias 21 de Outubro (Coimbra, Viseu e Castelo Branco); 22 de Outubro (Porto, Famalicão e Bragança); 23 de Outubro (Lisboa, Évora e Faro) e 24 de Outubro (Açores e Madeira).

Estas reuniões de trabalho decorreram de acordo com o expectável, tendo a proposta de Estatutos difundida colhido a concordância generalizada dos presidentes de Direcção das Delegações que estiveram presentes, à excepção dos ausentes, de Bragança e Castelo Branco.

Segundo também já foi informado, naquela edição do *ELO*, as propostas de ajustes e adaptações têm que chegar ao endereço electrónico revisao.estatutaria@adfa-portugal.com , impreterivelmente até ao final de Novembro, "*pelo que se incentiva as Delegações da ADFA a promover trabalho com os seus associados, para atempado envio das suas colaborações, seguindo o próprio exemplo em curso do Grupo de Trabalho para a Revisão Estatutária*", salientou Patuleia Mendes.

O Legado
PASSADO · PRESENTE · FUTURO

Presidente da República concede Alto Patrocínio

Texto: Rafael Vicente

O Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, António José Seguro, concedeu o seu Alto Patrocínio ao Projecto promovido pela ADFA "*O legado material e imaterial da ADFA: memória, património e futuro*", tendo o chefe da Casa Militar do Presidente da República, TGen. Paulo Maia Pereira, informado a Associação no passado dia 13 de Outubro.

A Direcção Nacional da ADFA havia contactado oficialmente a Presidência da República, solicitando apoios para o Projecto que está a desenvolver com o investigador Bruno Sena Martins.

A concessão do Alto Patrocínio por parte do Chefe do Estado atendeu ao "*relevante interesse público da iniciativa, ao seu contributo para a preservação da memória histórica e democrática nacional, bem como à promoção da cidadania e dos direitos das pessoas com deficiência*".

O Presidente António José Seguro entendeu serem "*reconhecidos os méritos que justificam a atribuição desta distinção*", embora a Presidência da República não possa conceder subsídios, subvenções ou quaisquer apoios de natureza financeira.

O Presidente da República apresentou votos do "*maior sucesso para a concretização desta iniciativa e para a prossecução da relevante missão desenvolvida pela ADFA em prol da preservação da memória colectiva e da defesa dos direitos dos deficientes das Forças Armadas*".



Apoio para o Projecto do Legado

Texto: Rafael Vicente

Como o *ELO* já informou, a Associação está a desenvolver, desde Setembro de 2025, o Projecto "*O legado material e imaterial da ADFA: memória, património e futuro*", num esforço que envolve o Grupo de Trabalho formado para o efeito e a Direcção Nacional, que é o porta-voz junto das Entidades Oficiais e potenciais organizações financiadoras ou patrocinadoras e também o interlocutor institucional com o investigador e com o sector académico, que darão materialização e registo ao Projecto.

Tendo já iniciado o trabalho com o investigador Bruno Sena Martins, a DN está a contactar diversas entidades, com o intuito de congregar um conjunto de patrocícios ou apoios financeiros.

No mês de Outubro, foram enviados ofícios ao presidente do Conselho de Administração da Fundação Montepio, Virgílio Boavista Lima, à presidente do Conselho de Administração da Fundação EDP, Vera Carneiro, à presidente do Conselho de Administração da Fundação Santander Portugal, Inês de Gouveia, e ao ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, com solicitação de apoio financeiro para o Projecto "*O legado material e imaterial da ADFA: memória, património e futuro*".

O *ELO* foi informada de que o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Gen. João Cartaxo Alves, "*tomou, com muito agrado, conhecimento do Projecto 'O legado material e imaterial da ADFA: memória, património e futuro'*", e que informou que, relativamente ao patrocínio financeiro solicitado, o EMGFA não dispõe já de meios para o ano de 2026, salientando, porém, que "*novos apoios poderão ser ponderados a partir do início do próximo ano económico, dentro dos limites legalmente estabelecidos, pelo que o assunto deverá ser retomado nessa altura*".





Escrevem os Associados

Inteligência Artificial e Imbecilidade Humana

Manuel Bastos, associado n.º 1.312

A maior ameaça da inteligência artificial não é que as máquinas se tornem humanas, mas que os seres humanos deixem de o ser por prescindirem voluntariamente das capacidades que definem a sua humanidade. O risco não reside numa inteligência artificial excessivamente inteligente, mas numa humanidade cada vez menos disposta a pensar, questionar, criar e assumir responsabilidades. A tecnologia, por si só, não nos torna mais sábios nem mais ignorantes; limita-se a amplificar tendências que já existem em nós. E algumas dessas tendências merecem preocupação. O bem e o mal não são simétricos, nem equivalentes, nem equipolentes. Há na condição humana uma profunda assimetria moral: a inclinação para o dano é, quase sempre, mais rápida, mais simples e energeticamente menos exigente do que a inclinação para o cuidado. É infinitamente mais fácil mentir do que demonstrar a verdade, porque a mentira não exige rigor nem compromisso com a realidade; é mais fácil destruir do que construir, porque a edificação requer tempo, método e paciência; e é mais fácil matar, ou simplesmente fechar os olhos e deixar morrer, do que salvar.

Esta assimetria manifesta-se em múltiplas dimensões da vida individual e colectiva. O mal e a negligência tendem a seguir o caminho da menor resistência, enquanto a integridade, a justiça e a verdade exigem esforço deliberado, disciplina e consciência. Sempre que a acção humana é conduzida ao extremo em nome da competição desmedida, sacrificam-se precisamente os requisitos fundamentais do bem-estar. No desporto de alta competição, o corpo é frequentemente empurrado para além dos seus limites éticos e biológicos; na economia capitalista selvagem, o lucro imediato sobrepõe-se à dignidade humana e à sustentabilidade; na guerra, a obsessão pela vitória despreza a própria humanidade. Em todos estes cenários, a urgência do resultado acaba por eclipsar a responsabilidade pelos meios.

É precisamente por causa desta vulnerabilidade que a inteligência artificial merece reflexão. Cada avanço tecnológico amplia as capacidades humanas, mas amplia também a tentação de abdicar delas. À medida que o ambiente digital oferece respostas instantâneas, recomendações permanentes e soluções pré-fabricadas, o ser humano é incentivado a mobilizar cada vez menos as suas faculdades intelectuais e éticas. O facilitismo passa a confundir-se com progresso, e a preguiça mental com bem-estar. Surge, assim, um paradoxo inquietante. A tendência para aceitar a explicação mais simples, motivada pela preguiça mental ou pela procura de conforto, encontra agora ferramentas capazes de produzir respostas imediatas para quase tudo. O resultado é uma sensação de eficácia tão sedutora quanto ilusória. Encontramo-nos ainda na infância da inteligência artificial, divididos entre o entusiasmo dos optimistas, o fatalismo dos pessimistas e a indiferença daqueles que preferem delegar o pensamento crítico a terceiros.

É frequente ouvir o argumento de que "*as calculadoras também não nos tornaram mais estúpidos*". A comparação falha, contudo, num ponto essencial. Delegar o cálculo numérico não é o mesmo que delegar o julgamento moral, a interpretação do mundo, a criatividade ou o sentido crítico. A primeira escolha liberta-nos de uma tarefa; a segunda arrisca empobrecer-nos enquanto seres humanos. Quanto mais delegamos capacidades fundamentais sem compreender aquilo que estamos a delegar, mais nos aproximamos de uma forma de imbecilização discreta, gradual e difícil de reconhecer.

A história recomenda prudência. As tecnologias disruptivas tendem a escapar ao controlo pleno dos seus próprios criadores. A energia nuclear deu origem à arma mais destrutiva jamais concebida. A Internet expandiu-se para lá das fronteiras jurídicas dos Estados. As redes sociais transformaram profundamente o espaço público antes que as instituições democráticas encontrassem formas eficazes de responder aos seus efeitos. Sempre que uma tecnologia oferece poder, riqueza ou vantagem estratégica, a sua contenção torna-se extraordinariamente difícil, porque cada actor teme que a sua própria prudência se converta na vantagem do adversário.

A inteligência artificial distingue-se de muitas tecnologias anteriores porque começa a ocupar territórios tradicionalmente associados às faculdades mais características do ser humano: a linguagem, a interpretação, a criação de significado e, em certa medida, a própria criatividade. É precisamente quando observamos a natureza da criação artística que percebemos o que está verdadeiramente em causa.

Criar é um processo complexo e dinâmico em que memória, fantasia, emoção e pensamento se cruzam, se contradizem e se fecundam mutuamente. Contudo, essa efervescência interior não se realiza sem o confronto com a matéria-prima, com a técnica, com a linguagem e com as convenções, símbolos e memórias colectivas que cada criador herda, questiona e transforma. Entre a originalidade e o lugar-comum, entre a intuição e o domínio técnico, entre o impulso e a estrutura, acaba por emergir uma forma singular, simultaneamente nova e reconhecível.

Por mais imprevisível que seja o resultado, nele permanece a marca inconfundível do ser humano: uma impressão digital que nasce das suas memórias, afectos, feridas, deslumbramentos e contradições, mas também da forma única como interpreta o seu tempo e dialoga com os outros. A obra transporta sempre algo de íntimo; porém, só se cumpre plenamente quando encontra um olhar capaz de a acolher, questionar ou recriar. É nesse encontro entre a vulnerabilidade de quem cria e a liberdade de quem recebe que a experiência individual se transforma num espaço de partilha e de significado.

Embora a obra encontre a sua plenitude nessa relação com o outro, o acto criativo conserva um valor humano próprio. O seu significado não reside apenas na execução de uma técnica ou no objeto produzido, mas na capacidade de viver a experiência e transformá-la em sentido: atribuir forma à perplexidade, voz ao silêncio, permanência ao efémero. É dessa tensão permanente entre o universo interior do artista e o tecido histórico, social e cultural que o envolve que nasce aquilo que reconhecemos como criatividade, imaginação e arte.

A cultura popular explorou esta possibilidade de forma particularmente incisiva no filme satírico *Idiocracia*, de Mike Judge. O protagonista, submetido a uma experiência de criopreservação durante quinhentos anos, desperta num futuro em que a automatização, o consumismo e a dependência tecnológica substituíram progressivamente o exercício do discernimento. O resultado é uma sociedade incapaz de resolver problemas elementares, na qual aquele indivíduo de inteligência perfeitamente mediana para os padrões da sua **época** acaba por ser considerado um génio.

A lição não é uma lição de desespero, mas de responsabilidade. A inteligência artificial, por si só, não cria a preguiça intelectual, a negligência moral ou a cedência ao facilitismo; apenas lhes oferece novas tentações com novos instrumentos e numa escala sem precedentes. O verdadeiro perigo não é que as máquinas aprendam a pensar como nós. O verdadeiro perigo é que nós desaprendamos a pensar por nós próprios.

A tecnologia poderá automatizar tarefas, processar dados a velocidades inimagináveis e ampliar as nossas capacidades operacionais. Mas nenhuma máquina poderá substituir a responsabilidade de procurar a verdade, de exercer o discernimento, de assumir as consequências das escolhas ou de transformar o júbilo, o luto, ou toda uma experiência de vida em expressão humana, conhecimento ou arte. O futuro da civilização dependerá menos da sofisticação dos algoritmos que construirmos do que da nossa determinação quotidiana em praticar o esforço da integridade, da compaixão, da lucidez e do pensamento crítico. Porque, no fim de contas, o verdadeiro problema não é a inteligência artificial. O problema sempre foi, e continua a ser, a imbecilidade humana.

FUTURO

Veículos autónomos em Portugal

Texto: António Capela Gordo

Daqui a poucos anos, as estradas portuguesas vão começar a receber testes de carros autónomos, pois já está em vigor, desde Julho, o Decreto-Lei que permite testes de carros autónomos nas estradas, com uma pessoa a controlar. A velocidade terá de ser 20 km/h abaixo do limite da via e os seguros serão cerca de quatro vezes superiores ao mínimo legal, pois além da responsabilidade civil têm de incluir o *software*, os dados, o operador e os serviços associados, ficando sujeito a ataques cibernéticos.

O objectivo dos ensaios é testar a tecnologia autónoma em condições reais, preparar a regulamentação e avaliar a aceitação social dos veículos. No final de Setembro vai ser assinada uma declaração conjunta entre vários países europeus para criar uma rede europeia de testes transfronteiriços dos veículos autónomos, em estradas e cidades de vários países, onde os carros possam atravessar fronteiras sem pedir autorização.

Ao contrário dos condutores humanos, os veículos autónomos, como os *robotaxis*, são programados para cumprir rigorosamente o Código da Estrada. Por isso, a sua velocidade real depende directamente das leis e do trânsito de cada localidade. Além da inovação tecnológica, os carros autónomos surgem como uma resposta à escassez de motoristas profissionais. Também é verdade que a introdução destes carros vai provocar uma diminuição de postos de trabalho nos transportes públicos, táxis e TVDE.

Na Alemanha, já circula nas estradas públicas, um camião eléctrico autónomo da empresa *Lidl*, a transportar mercadorias entre um centro de distribuição e uma loja. Dependendo da legislação em vigor em cada País, brevemente, alguns deles vão ter em circulação um veículo autónomo dirigido à logística e designado por *BOW*. É um veículo de logística – caixa de carga eléctrica sobre quatro rodas – que combina a robótica, condução autónoma, electrificação e vários sensores articulados com inteligência artificial, para levantar as mercadorias no armazém e fazer as respectivas entregas urbanas ao domicílio, numa distância inferior a dois quilómetros. Estes veículos não têm pára-brisas, tabliê, nem banco de condutor e podem trabalhar em ambientes controlados (fábricas, hospitais, aeroportos ou cidades, fora do tráfego misto, com peões e ciclistas) 24 horas por dia e todos os dias da semana.

Como estes automóveis serão obrigados a circular com uma velocidade 20 km/h abaixo do limite máximo da via, assim, numa cidade com limite geral de 50 km/h, os veículos em teste circulam, no máximo, a 30 km/h. Os sensores e o sistema de inteligência artificial reduzem a velocidade sempre que detectam peões, ciclistas, trânsito compacto ou vias estreitas, dando prioridade à segurança em detrimento da rapidez. Mas prevê-se que a massificação dos carros autónomos nas estradas portuguesas só vá ocorrer daqui a 10 ou 15 anos, devido a entraves tecnológicos, financeiros, regulamentares e de infraestruturas.

O IMT já recebeu vários pedidos de licenciamento de marcas com carros deste tipo, prontos a ser comercializados, mas primeiro é preciso regulamentar a convivência dos dois tipos de condução: com e sem condutor. Para já, decorrerem os ensaios nos laboratórios de investigação, instituições de ensino superior e empresas do sector automóvel.

Porquê 30Km/h? A resposta está na biomecânica do impacto. Se for a 50Km/h, a probabilidade de um peão morrer num atropelamento é superior a 80%; se for a 30Km/h, é de 10%. Segundo um estudo da *Eurocities*, a redução para 30Km/h permite diminuir o número de acidentes, reduzir o número de mortes, de feridos graves e os níveis de ruído. O condutor tem tempo para travar, desviar ou evitar um obstáculo.

Quase todas as grandes cidades e capitais europeias já adoptaram os 30km/h nos seus centros históricos, áreas residenciais, zonas escolares e ruas com apenas uma faixa por sentido. Em Espanha, onde o limite de 30 km/h foi estabelecido em cerca de 70% das vias urbanas, os efeitos já são visíveis, sobretudo em localidades onde esta regra vigora há mais tempo. Pontevedra, na Galiza, onde a limitação de circulação de 30 km/h existe desde 2011 em quase todas as vias urbanas, converteu-se numa referência mundial de segurança rodoviária ao registar, nos últimos anos, zero mortes na zona urbana, sendo que, em algumas ruas do centro da cidade a velocidade é de 20km/h ou mesmo 10km/h. Os acidentes e atropelamentos reduziram mais de 90% dentro da cidade.

Em Portugal, está a ser reformulado o Código da Estrada para combater os acidentes nas estradas, tendo como meta reduzir em 50% o número de mortos e feridos até 2030, face a 2019. Para isso e entre outras coisas, haverá um reforço da rede de radares, a realização de mais operações *STOP*, o regresso das brigadas de trânsito da GNR e a diminuição dos limites de velocidade.



LEITURAS

Livros

Por: José Diniz



ODE À 33.ª COMPANHIA DE COMANDOS

Autor: Emílio Saraiva
Edição: Associação de Comandos, Lisboa, Outubro de 2019, 128pp

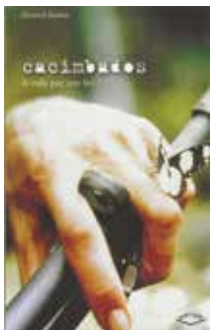
Das dezenas de obras que já li sobre a Guerra Colonial, esta é a primeira escrita integralmente em verso. O autor foi ambicioso ao escolher como modelo o poema épico de Camões. Está de parabéns, pois conseguiu plenamente o seu objectivo, tanto na forma como no conteúdo. E os Comandos da 33ª. Companhia devem sentir-se vaidosos por ter havido um dos seus que passou ao papel, de forma tão sublime e original, a sua gesta por terras de Angola: umas vezes de forma séria quando fala de operações executadas pelos seus grupos de combate, e de forma mais veemente quando delas resultavam feridos; outras vezes de forma jocosa a descrever situações de descontracção em períodos de descanso. E não faltam os ingredientes que encontramos em "Os Lusíadas": a propositura do tema e a convocação dos deuses para proteger e acompanhar os jovens combatentes da 33.ª Companhia de Comandos que combateu no Leste e no Norte de Angola, "Homens corajosos de peito às armas dado / Herdeiros do Afonso, que temos na lembrança / Como Rei do pequeno Portucalense Condado." (pg 13). O nosso presidente António Neves, que foi também da 33.ª, merece algumas referências: "Agora temos o Furriel Neves, já experiente / Em outros combates, noutras Companhias / Camarada de todos querido, por excelente / Ser nos bons modos e nas brandas filosofias." (pg. 18). Luanda era a "Ilha dos Amores" de toda a tropa em descanso. Foi o prémio dos deuses pelos perigos e guerras travadas pelo Leste, em especial na Operação Siroco. De novo em Concílio, Vénus exalta o valor de mais alguns Comandos, apelando às deusas que não os cobicem mas os protejam agora pelas terras do Norte. E dá uma reprimenda à deusa que se descuidou dessa protecção: "E qual de vós, qual de vós tão descuidada / Não assistiu ao Neves durante a instrução / Quando acidentalmente rebentou a granada / Que o deixou logo mutilado e sem visão? (...) Que desastre, que mal fez ele que pagasse / Tão caro um descuido vosso, que lhe perigou / A doce vida que, ferozmente, ele não largou?" (pg 89). O livro termina com "chave de ouro": a notícia da atribuição à 33.ª Companhia de Comandos da Medalha da Cruz de Guerra de 1.ª classe, em 22JUN2012, uma distinção tardia mas bem merecida. Em extra texto insere ainda as fotos de todos os Comandos da 33.ª.



MEMÓRIA A FOGO – A vida com uma guerra ao fundo

Autor: Manuel Bastos
Edição: Manuel Bastos / Fiat Lux, Coimbra, Abril de 2026, 246pp

Logo na introdução o autor dá-nos o mote do que vai ser toda a obra: "Vim trazer não a marca que não deixa ignorar a dor, não a memória que não a deixa esquecer, mas o próprio ferrete que nos dilacerou a carne e nos ferveu o sangue, ainda incandescente e pronto para um sacrifício renovado." (pg 13). (...) "Não vim dizer a verdade porque a verdade inteira é inenarrável; a mera descrição dos factos só revela a realidade do acontecido, e eu não vim ser fiel ao acontecido. A minha fidelidade é para com o impacto do acontecido." (pg 15).
O nosso associado e colaborador Manuel Bastos já nos habituou à profundidade das suas análises, à pertinência dos temas que aborda, à coragem com que escreve e à preocupação de mostrar o que nem sempre é o óbvio. Ele está a analisar a guerra que viveu, que sentiu em todo o seu ser, no corpo e na alma: "Ponho-me a pensar que vai haver algum escritor futuro que, não tendo saído da segurança dos quarteis ou do aconchego dos hospitais, nem disparado uma arma sobre ninguém, nem sentido que a sua cabeça era a muche do alvo de uma kalash, falará dos horrores que sofreu ou fez sofrer, só para dar autenticidade aos seus escritos. Sinto, antecipadamente, um desrespeito enorme por ele. Não conheço maior indignidade do que plagiar o sofrimento alheio para ter uma boa história para contar." (pg 42).
Não deixa de contar episódios da "sua" guerra, mas fá-lo tentando desvelar o que está por detrás desses acontecimentos, como quando relata a sua própria evacuação quando uma mina lhe levou uma perna e foi resgatado de helicóptero por uma enfermeira paraquedista: "Enfermeiras que descem do céu em socorro dos que tombaram, como se fossem a última reserva moral de um conflito que já não merece qualquer remissão. (...) Carregam consigo a memória de um mundo que ainda não desistiu totalmente do humano." (pg 63).
Além desta obra agora acabada de editar, o autor tem vasta colaboração em vários periódicos e redes sociais, sendo também o autor de "Cacimbados", que acabou de ser reeditada, como referimos a seguir.



CACIMBADOS – A Vida por um Fio

Autor: Manuel Bastos
Editora/Chancela Fiat Lux, Coimbra, 2.ª edição, Maio de 2026, 204pp
Fotos: Manuel Bastos

"Cacimbados", cuja primeira edição data de 2008, resultou da reunião dos
textos publicados pelo autor, neste jornal, desde Janeiro de 2001.
"Este livro nasce do território ambíguo onde a memória se cruza com a ficção
— não para inventar o que não aconteceu, mas para tornar legível o que, na
sua nudez factual, seria quase impossível de suportar." (da introdução à
presente edição).
"O que se conta é uma história feita de muitas histórias — fragmentos de uma
guerra que talvez tenha produzido heróis, embora raramente do lado da boca
das armas que seria expectável. São narrativas que procuram dar voz aos que
morreram, aos que sobreviveram e, sobretudo, aos que regressaram deixando
partes essenciais de si espalhadas pelas longínquas paragens de um velho
império a chegar ao fim." (idem).
Os interessados em adquirir "Cacimbados" ou "Memória a Fogo" podem fazê-lo
através do endereço do autor, mancbastos@hotmail.com , ou através da Amazon
(www.Amazon.es), pesquisando por Manuel Bastos. Preço por livro €12,00.



A próxima história pode ser a sua

Partilhe uma memória, uma opinião ou uma experiência.

Até 1.000 caracteres, incluindo espaços. Indique nome, n.º de associado e contacto. Publicação sujeita ao espaço disponível.

Envie o seu email ao cuidado do director do ELO, para o endereço: jornal.elo@adfa-portugal.com

PADM
PLANO DE AÇÃO PARA APOIO AOS DEFICIENTES MILITARES

APOIO E ACOMPANHAMENTO

Estamos perto de si

Contactos dos técnicos por área geográfica

ÁREA GEOGRÁFICA	TÉCNICO/A · POLO	CONTACTOS
Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Braga, Viseu e Guarda: todos os concelhos. Porto: Penafiel, Paredes, Valongo, Paços de Ferreira, Lousada, Maia e Gondomar.	Carina Pinto Polo Porto	925 604 523 carina.pinto@padm.crpg.pt
Aveiro: todos os concelhos. Porto: Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Trofa, Santo Tirso, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Marco de Canaveses, Amarante, Felgueiras e Baião.	Vera Silva Polo Porto	960 076 911 vera.silva@padm.crpg.pt
Coimbra, Leiria, Castelo Branco e Santarém: todos os concelhos.	Norberto Simões Polo Coimbra	960 076 902 norberto.simoes@padm.crpg.pt
Lisboa: todos os concelhos. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e outros países.	Ana Machado Polo Lisboa	917 365 357 ana.machado@padm.crpg.pt
Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro: todos os concelhos.	Andreia Caeiro Polo Alentejo/Algarve	925 574 012 andreia.caeiro@padm.crpg.pt
Região Autónoma da Madeira.	Tânia Gonçalves Polo da Madeira	968 581 300 tania.camacho.goncalves@padm.crpg.pt
Região Autónoma dos Açores.	Érica Oliveira Polo dos Açores	**960 076 876** erica.oliveira@padm.crpg.pt

Desafios lógicos

DESAFIO DESTA EDIÇÃO

Perímetro da terra



A questão que proponho é muito simples e relaciona-se com o perímetro da terra. O objectivo é que o leitor não faça contas, mas pense, avalie a questão e dê o seu palpite.
Assim: Se ao perímetro da terra (que, como vimos, é de 40.008 Km) aumentarmos um metro, o raio da terra vai aumentar.
A pergunta é: a diferença dos raios (inicial e final) vai permitir que animal passe entre eles: uma formiga, uma minhoca, uma barata, um rato, um gato, um cão, ou um homem?

Já tem o seu palpite?
Então faça as contas e corrija, ou não, o seu palpite.

Resposta na próxima edição

Solução da questão anterior

A questão está mal colocada, de forma a induzir em erro. Vejamos: O valor da refeição era, inicialmente, 30€.

O patrão concordou e devolveu 5€.

Logo, o custo da refeição foi de 25€
(foi o que o patrão registou na máquina).

Mas, como o empregado ficou com 2€ (façamos de conta que os comensais os deram como gorjeta), o valor real da refeição ficou em 25+2=27€.

Ora, cada comensal desembolsou inicialmente 10€ mas recebeu de troco 1€, ficando, portanto, por 9€ a refeição.

Concluindo:
3 comensais x 9€ = 27 €.
As contas condizem!

NUTRIÇÃO

O valor nutricional, e não só, da abóbora

Texto: Ângela Henriques, especialista em Nutrição Clínica da Delegação do Porto

Pela época do *Halloween*, a abóbora ganha um protagonismo especial! Vemo-la transformada em lanternas ou em decoração de jardins e varandas. É claramente um elemento e um alimento de Outono. Mas, para além da tradição, este legume merece atenção à mesa, sobretudo pelo seu valor nutricional, versatilidade e capacidade de integrar uma alimentação equilibrada.

Disponível sobretudo durante os meses de Outono e Inverno, a abóbora é um excelente exemplo de como a alimentação pode acompanhar o ritmo das estações. Consumir produtos sazonais permite aproveitar os alimentos numa altura em que estão naturalmente disponíveis, valorizando a diversidade da alimentação e, sempre que possível, os produtos locais.

Do ponto de vista nutricional, a abóbora apresenta baixo valor energético e elevado teor de água, sendo uma opção interessante para aumentar o volume e a variedade das refeições, sem acrescentar praticamente energia. É também



fonte de fibra, um nutriente importante para o normal funcionamento intestinal e que contribui para uma maior sensação de saciedade.

Uma das suas principais características é a presença de Carotenóides, que são antioxidantes responsáveis pela tonalidade amarela ou alaranjada de muitas variedades de abóbora. Entre estes destaca-se o Beta-caroteno, que o organismo pode converter em Vitamina A. Esta vitamina contribui para a manutenção da visão, para o normal funcionamento do sistema imunitário e para a manutenção da pele e das mucosas.

A abóbora fornece ainda várias vitaminas e minerais, embora a sua composição possa alterar de acordo com a variedade e o grau de maturação. Entre os nutrientes presentes encontram-se o Potássio, a Vitamina C e algumas Vitaminas do complexo B. A sua composição nutricional torna-a particularmente interessante quando integrada numa alimentação variada, em conjunto com cereais e tubérculos, hortícolas, fruta, carne, pescado e ovos, e gorduras de boa qualidade, como a do azeite.

Outro dos seus pontos fortes é a versatilidade culinária. Pode ser utilizada em sopas, purés, assados, estufados e saladas, mas também em preparações como papas, pães e sobremesas. Quem não adora bolinhos de abóbora nesta altura do ano? De destacar ainda as sementes de abóbora: são igualmente comestíveis e apresentam uma composição nutricional diferente da polpa, destacando-se pelo seu teor de proteína, gordura insaturada, fibra e minerais. Podem ser utilizadas, por exemplo, como complemento de saladas ou sopas. No Outono, quando a abóbora está em destaque, podemos aproveitá-la para colorir e conferir diferentes sabores e texturas às refeições. Na verdade, no resto do ano também podemos usufruir da abóbora, se a congelarmos na sua época. Assim, prolongamos os seus benefícios nutricionais e de versatilidade. Se desejar partilhar a sua opinião sobre o tema, envie uma mensagem de correio electrónico para secretaria.porto@adfa.org.pt .

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
ADFA

SERVIÇOS MÉDICOS NACIONAIS

Saúde, confiança e proximidade ao seu serviço.



Consultas na Sede Nacional da **ADFA**, em Lisboa, num espaço totalmente acessível, em parceria com o **IASFA/ADM.**

ESPECIALIDADES E DIAS DE CONSULTA

3.ª e 5.ª feira
Medicina Geral
Medicina Dentária

3.ª feira
Psiquiatria

4.ª feira
Medicina Física e de Reabilitação
Urologia

2.ª a 6.ª feira
Fisioterapia

MARCAÇÕES E INFORMAÇÕES

TELEFONE
217 512 612

TELEMÓVEL
925 987 469

EMAIL
servicos.clinicos@adfa-portugal.com
(Ana Paula)

A ADFA a apoiar os seus.

ADFA

ELO

ORGÃO DE INFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

PORTE PAGO

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

ctt correios
TAXA PAGA
PORTUGAL
CABO RUIVO

OPINIÃO



COLUNA DO
ZANGÃO

Por : Vitor Sengo

"Dá a todos os teus ouvidos, mas a poucos a tua voz. Ouvir não exige concordar, assim como compreender uma situação não exige precisar de expressar a sua opinião sobre ela."

William Shakespeare (1564-1616)

Menino que corria descalço na terra
Com as mãos cheias de vento e de sol
Não sabia que o tempo, na curva da serra
Prendia o futuro num frágil lençol
Havia um amor que nascia inocente,
No colo da mãe, no brinquedo partido.
Um afecto sincero moldado na mente
Que o homem crescido não deu por perdido
Hoje a saudade é um quarto cinzento,
Que ganha calor se me lembro do cais,
Daquela alegria que voava com o vento
Da doce infância que não volta mais.
Mas guardo no peito esse amor primeiro
Que o tempo não apaga, nem deixa morrer
Pois quem foi feliz no seu próprio terreiro
Tem sempre um refúgio se a noite descer

Maria Romão Sengo

José (nome fictício) é uma criança que não fala, não consegue manter-se em pé, não se alimenta sozinho e que é completamente dependente. Tem absoluta necessidade de terapias que são escandalosamente caras, mas, uma "*férrea barreira*" impede esses apoios – o *São Cifrão*.

À data em que estas linhas são escritas, o José (nome fictício) não tem nenhum apoio das entidades de saúde nem governamentais.

O Zangão tem estado atento aos acontecimentos no nosso País, que está a transformar-se num parque de campismo forçado, mas ninguém veio de férias.

O Zangão não consegue ficar indiferente quando vê as praças do País transformadas em dormitórios de lona.

As "*acampadas*" pela habitação que marcam a actualidade são a face visível de um País onde ter um tecto se tornou um luxo inacessível. A "*ferroada*" de hoje vai directa à raiz do problema: a gritante falta de habitação pública e os preços pornográficos do mercado de arrendamento.

Enquanto os jovens e as famílias da classe média ficam encurralados entre salários estagnados e rendas inflaccionadas, a resposta política tem sabido a pouco.

O ambiente azedou, a tensão subiu, e os protestos recentes – sob o lema "*mais casas – menos bastão!*" – já resultaram em confrontos e cargas policiais, expondo a ferida aberta na nossa crise social. As tendas montadas são o grito de desespero de quem trabalha e que, mesmo assim, não consegue ganhar o suficiente para pagar um quarto.

Varrer as tendas das praças com bastonadas não resolve a falta de casas, só esconde a pobreza de vista.

A FECHAR

52.º Aniversário do ELO

A ADFA celebra os 52 anos de publicação ininterrupta do ELO com um conjunto de iniciativas culturais e associativas, no próximo dia 23 de Novembro, Segunda-feira, na Sede Nacional, em Lisboa.

Exposição *"25 de Novembro"*

Esta celebração incluirá a inauguração, pelas 11h30 do próximo dia 23 de Novembro, Segunda-feira, da Exposição "*25 de Novembro*", cedida, por empréstimo, pelo Arquivo da Defesa Nacional (ADN), que estará patente, no átrio principal da Sede Nacional da ADFA até ao dia 16 de Janeiro próximo.

A Exposição itinerante do MDN apresenta documentos do ADN alusivos ao período entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, com incidência no arquivo da 5.ª Divisão do EMGFA. É composta por 20 painéis, organizados em grupos de quatro, dispostos em coluna, e inclui ainda um monitor. A Exposição dispõe de uma versão digital, acessível através do endereço https://exposicao25abril.defesa.gov.pt/ .

O Guião da Exposição "*Do 25 de Abril ao 25 de Novembro*" apresenta a seguinte ficha técnica: Organização de conteúdos: Maria João Pires; Apoio na selecção de conteúdos: Anabela Magão, Cíntia Santos, Sandra de Paula; Apoio Informático: Carlos Fortes.

Almoço-convívio

Terá também lugar, pelas 12h30, um almoço-convívio, com a participação dos Órgãos Sociais Nacionais, trabalhadores e equipa do *ELO*, podendo os associados participar, mediante inscrição e pagamento no próprio dia da evocação.

Sessão com os associados

A sessão com os associados decorrerá, a partir das 14h30, no Auditório *Jorge Maurício*, para apresentação do novo modelo gráfico do ELO, pela equipa que prepara mensalmente o jornal.

Novo livro

A finalizar esta sessão e a celebração do 52.º Aniversário do *ELO*, terá também lugar a apresentação do livro do antigo director do *ELO*, Cândido Patuleia Mendes, intitulado "*E até ao meu regresso!*", obra que conta como, no início da década de 1960, André Vieira Marques, um jovem como tantos outros, viveu o País, os tempos conturbados que então se iniciavam e o serviço militar obrigatório, na Guerra Colonial, em Angola.

A guerra passa a ter rostos, sons, medo, perdas e consequências, e, entre patrulhas, operações, emboscadas e longos períodos de espera, André descobre a camaradagem, o sofrimento, o amor, a solidão e a brutalidade de uma guerra que marcará para sempre a sua geração.

Um acidente durante a colocação de explosivos provoca a morte de um camarada e deixa André gravemente ferido. Depois de uma luta pela sobrevivência, de dias em coma e de uma longa recuperação, regressa finalmente a Portugal, mas, o homem que volta já não é o jovem que partiu.

Esta é uma história de formação, amizade, guerra, amor e sobrevivência. É também o testemunho de uma geração arrancada à vida civil e lançada para uma guerra distante, onde cada homem teve de descobrir, à sua maneira, como continuar a ser humano.

"*Porque há regressos que significam simplesmente voltar para casa. E há regressos que significam começar uma nova vida*".

Parabéns ao *ELO*, aos seus leitores e a todos quantos participam na publicação mensal que une o todo associativo nacional!